

Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.



Banco Société Générale Brasil S.A.



Índice

Banco Société Générale Brasil S.A.	> 5
Ativo	> 6
Passivo	> 7
Demonstrações do Resultado	> 8
Demonstrações das Mutações	> 9
Fluxo de Caixa	> 10
Notas Explicativas	> 11
Relatório do auditor independente	> 49



Banco Société Générale Brasil S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais - R\$

ATIVO			
	Nota	2016	2015
Caixa, equivalentes de caixa e reservas no Banco Central.....	5	3.704.580	4.721.676
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação		1.171.428	1.716.309
Títulos e valores mobiliários.....	6.A	422.513	760.845
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)	4.1.4	748.915	955.464
Ativos financeiros disponíveis para venda.....	7	373.925	542.579
Títulos e valores mobiliários.....		373.925	542.579
Empréstimos e recebíveis.....		1.535.885	3.087.672
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.A	179.368	83.689
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8.B	1.544.072	3.238.066
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	8.C	(187.555)	(234.083)
Ativos não correntes mantidos para venda.....	9	2.235	5.228
Créditos tributários	33.B	6.871	8.883
Outros ativos	12	563.513	553.160
Ativos de operações descontinuadas.....	9	61.237	103.657
Investimentos		26	42
Ativo imobilizado.....	10	19.987	29.283
Ativos intangíveis.....	11	182	178
Total do ativo		7.439.869	10.768.667

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais - R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2016	2015
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação		544.976	1.200.965
Instrumentos financeiros derivativos (não instrumento de hedge)	13	401.300	1.200.965
Passivos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação - Captações no mercado aberto ...		143.676	-
Passivos financeiros ao custo amortizado.....		4.618.010	7.227.414
Depósitos de clientes	14	658.306	208.391
Depósitos de instituições financeiras	15	75	447
Captações no mercado aberto	15	697.459	-
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros e de empréstimos e repasses	16	3.262.170	7.018.576
Provisões	17.A	330.536	308.026
Passivos tributários diferidos	18.A	67.719	88.406
Outros passivos	18.B	349.842	383.389
Passivos de operações descontinuadas	9	64.391	94.527
Patrimônio líquido		1.464.395	1.465.940
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital		2.018	2.286
Reserva de reavaliação		-	180
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.....	19.D	3.995	(6.607)
Hedge de fluxo de caixa.....	19.E	(2.532)	5.259
Prejuízos acumulados		(1.548.723)	(1.589.956)
Reservas para operações descontinuadas		52.708	97.849
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.464.395	1.465.940
Total do passivo e patrimônio líquido		7.439.869	10.768.667

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais - R\$

OPERAÇÕES CONTINUADAS

	Nota	2016	2015
Receita/(Despesa) líquida de juros e similares		<u>973.995</u>	<u>(1.569.326)</u>
Receitas de juros e similares	22	1.379.029	1.298.604
Despesas de juros e similares	23	(405.034)	(2.867.930)
Perdas líquidas de recuperação por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	8.C	(21.658)	(259.717)
Despesa líquida de juros após perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos...		<u>952.337</u>	<u>(1.829.043)</u>
Resultado líquido com tarifas e comissões	24	3.772	10.625
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação	25	(2.043.001)	2.094.593
Resultado líquido realizado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e com instrumentos derivativos não destinados a negociação	26	(22.713)	61.090
Despesas de pessoal	27	(143.762)	(179.058)
Despesas administrativas	28	(93.927)	(122.750)
Depreciação e amortização	29	(7.685)	(10.110)
Outras receitas (despesas) operacionais	30	1.551.883	(8.062)
Lucro operacional antes da tributação		<u>196.904</u>	<u>17.285</u>
Imposto de renda e contribuição social	33	<u>(142.236)</u>	<u>(160.447)</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido consolidado do exercício de operações continuadas		<u>54.668</u>	<u>(143.162)</u>
Operações Descontinuadas			
Prejuízo líquido consolidado após o imposto do exercício de operações descontinuadas		<u>(32.935)</u>	<u>(32.659)</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido consolidado do exercício		<u>21.733</u>	<u>(175.821)</u>
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		<u>21.733</u>	<u>(175.821)</u>
Total do Lucro/(Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R\$)		<u>0,02</u>	<u>(0,17)</u>
Ordinárias		0,02	(0,17)
Preferenciais		0,02	(0,17)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

		2016	2015
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		<u>21.733</u>	<u>(175.821)</u>
Ajustes ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos	19.D	10.602	(2.941)
Parcela referente a Hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos	19.E	(7.791)	(1.357)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>2.811</u>	<u>(4.298)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>24.544</u>	<u>(180.119)</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuídos aos acionistas controladores		<u>24.544</u>	<u>(180.119)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais - R\$

Patrimônio líquido atribuível à controladora									
	Nota	Capital	Prejuízos acumulados	Reserva operações descontinuadas	Reserva de reavaliação	Reserva de capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016.....		2.956.929	(1.589.956)	97.849	180	2.286	(6.607)	5.259	1.465.940
Lucro líquido do exercício.....		-	54.668	(32.935)	-	-	-	-	21.733
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	-	-	-	-	-	10.602	-	10.602
Hedge de fluxo de caixa.....	19.E	-	-	-	-	-	-	(7.791)	(7.791)
Constituição (realização) de reservas		-	-	-	(180)	-	-	-	(180)
Plano de pagamento baseado em ações	32	-	-	-	-	(268)	-	-	(268)
Operações descontinuadas.....		-	-	(12.206)	-	-	-	-	(12.206)
Realizações diversas		-	(13.554)	-	-	-	-	-	(13.554)
Variações patrimoniais de incorporação		-	119	-	-	-	-	-	119
Em 31 de dezembro de 2016		<u>2.956.929</u>	<u>(1.548.723)</u>	<u>52.708</u>	<u>-</u>	<u>2.018</u>	<u>3.995</u>	<u>(2.532)</u>	<u>1.464.395</u>

Patrimônio líquido atribuível à controladora									
	Nota	Capital	Prejuízos acumulados	Reserva operações descontinuadas	Reserva de reavaliação	Reserva de capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2015.....		2.374.923	(1.317.870)	-	211	4.118	(3.666)	6.616	1.064.332
Prejuízo líquido do exercício		-	(175.821)	-	-	-	-	-	(175.821)
Aumento de capital	19.C	582.006	-	-	-	-	-	-	582.006
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	19.D	-	-	-	-	-	(2.941)	-	(2.941)
Hedge de fluxo de caixa.....	19.E	-	-	-	-	-	-	(1.357)	(1.357)
Constituição (realização) de reservas		-	31	-	(31)	-	-	-	-
Plano de pagamento baseado em ações	32	-	-	-	-	(1.832)	-	-	(1.832)
Operações descontinuadas.....		-	(97.849)	97.849	-	-	-	-	-
Realizações diversas		-	1.553	-	-	-	-	-	1.553
Em 31 de dezembro de 2015		<u>2.956.929</u>	<u>(1.589.956)</u>	<u>97.849</u>	<u>180</u>	<u>2.286</u>	<u>(6.607)</u>	<u>5.259</u>	<u>1.465.940</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		54.668	(143.162)
Prejuízo líquido do exercício de operações descontinuadas		(32.935)	(32.659)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		1.207.085	6.397.875
Depreciação do ativo imobilizado	29	7.613	10.047
Amortização do ativo intangível	29	72	63
Provisão líquida para perda por redução ao valor recuperável	8.C	-	55.880
Provisões para ações judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas		3.206	5.965
Variação cambial sobre captações		1.195.727	6.370.569
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		(18.675)	63.585
Provisão (reversão) para plano de pagamento baseado em ações		(268)	(1.832)
Realização de reserva de reavaliação		(25.821)	1.553
Marcação a mercado aplicada aos ativos financeiros disponíveis para venda		10.602	(2.941)
Hedge de fluxo de caixa		(7.791)	(1.357)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa de operações descontinuadas		42.420	(103.657)
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado		1.228.818	6.222.054
Variação de ativos e passivos operacionais		(2.250.078)	(2.381.990)
Redução de reservas do Bacen	5	451	48
(Aumento) redução em ativos financeiros disponíveis para venda		168.654	(163.906)
(Aumento) redução em ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação		544.881	1.303.673
Aumento em empréstimos e recebíveis		1.604.573	(6.331.527)
Aumento em outros ativos		2.215.890	(224.980)
Aumento (redução) em passivos financeiros ao valor justo através do resultado de mantidos para negociação		(4.130.744)	643.668
Aumento em passivos financeiros ao custo amortizado – depósitos de clientes, de instituições financeiras e captações no mercado aberto		(2.609.404)	2.572.579
Redução de ações judiciais		19.304	(59.283)
Aumento (redução) em outros passivos		(33.547)	(216.789)
Variação de ativos e passivos operacionais nas operações descontinuadas		(30.136)	94.527
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(1.021.260)	3.840.064
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) redução em ativos não correntes mantidos para venda	9	2.993	(702)
Aquisição de ativo intangível	11	(76)	(5)
Alienação de investimento		15	-
Aquisição de imobilizado	10	(3.386)	(11.170)
Alienação de imobilizado		5.069	16.169
Atividades de investimentos de operações descontinuadas		-	2.297
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		4.615	6.589
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		-	582.006
Caixa líquido oriundo das atividades de financiamento		-	582.006
Aumento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(1.016.645)	4.428.659
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.719.128	290.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3.702.483	4.719.128

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

■ 1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco Société Générale") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Avenida Paulista, 2300 – Bela Vista – São Paulo – SP – Brasil, organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar com as carteiras: comercial, câmbio, investimento, crédito, financiamento e prestação de serviços. Sua matriz é sediada na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Banco Société Générale é uma subsidiária integral do Société Générale Group - Matriz França ("Grupo Société Générale").

O conglomerado financeiro é composto pelo Banco Société Générale e por suas controladas SG Equipment Finance S.A. – Arrendamento Mercantil ("Société Générale Leasing"), Société Générale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Société Générale Corretora"), Banco Cacique S.A. ("Banco Cacique") e Banco Pecúnia S.A. ("Banco Pecúnia"), conforme descrito na nota explicativa nº 2.3.2. - "Escopo de consolidação".

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre as entidades do Conglomerado.

O Banco Société Générale possuía até agosto de 2016 um fundo exclusivo (SG SD FIM – IE) no Brasil que era consolidado nas demonstrações financeiras consolidadas até 2015. Este fundo foi totalmente resgatado 08 de agosto de 2016 pelo valor de R\$ 23.256.

As operações conduzidas pelas empresas do conglomerado estão no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa é absorvido, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

As controladas são subsidiárias integrais e são apresentadas de forma consolidada nessas demonstrações financeiras com exceção do Banco Pecúnia que está classificado em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda, vide nota explicativa 9.

A Société Générale Leasing tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

A Société Générale Corretora tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários.

O Banco Cacique está organizado sob a forma de banco múltiplo e, está autorizado a operar com as carteiras comerciais, de câmbio, crédito, financiamento e investimento tendo em certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale.

Em 28 de Janeiro de 2015 o Conselho de Administração do Banco Cacique S.A., e do Banco Pecúnia S.A., comunicou a decisão do Grupo Société Générale de focar suas atividades no Brasil em clientes corporativos e institucionais, encerrando dessa forma suas operações de crédito ao consumo de pessoas físicas.

O Banco Pecúnia está organizado sob a forma de banco múltiplo e está autorizado a operar com as carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, tendo em certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Société Générale. Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração decidiu pelo encerramento das operações do Banco Pecúnia S.A., deixando de conceder novos empréstimos. Em 2015, o encerramento das operações ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, associada a alienações de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Conforme abordado na nota 9, em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecúnia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2016. A concretização da venda está condicionada a aprovação do regulador Banco Central do Brasil.

As captações do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das captações das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela diretoria em 17 de fevereiro de 2017.

■ 2. Principais práticas contábeis

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRIC).

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas em sua elaboração. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas relevantes durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. As adoções, ou possíveis adoções, das novas normas e interpretações do IFRS em 2016 não impactaram a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Novos pronunciamentos contábeis já emitidos, mas aplicáveis em períodos futuros:

- São relacionados a seguir, novos pronunciamentos já emitidos e que passarão a vigorar em exercícios após a data destas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não foram adotadas de forma antecipada, quais sejam:

IFRS 16 - Arrendamentos - O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, assim como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Suprime a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, mostrando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

(b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e

(c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos em virtude da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Alteração da IAS 12 - Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui:

(a) um modelo lógico para classificação e mensuração;

(b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, o que oferta uma resposta às perdas esperadas;

(c) a remoção da volatilidade em resultado originada de risco de crédito próprio; e

(d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*.

Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 15 – Receitas de Contratos de Clientes - O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Solicita que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com o objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Informações Financeiras Intermediárias: estabelece as condições necessárias para a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias (períodos inferiores há um ano). Com efeitos para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016, não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis do Banco Société Générale Brasil S.A.

Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras – As alterações tem o objetivo de instigar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

Alteração do IAS 12 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas. O objetivo deste projeto é esclarecer a contabilização de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis do Banco Société Générale Brasil S.A.

Alteração do IAS 7 – Demonstrações dos fluxos de caixa. Proposta de demonstrar uma reconciliação de passivos cujos fluxos de caixa foram ou fluxos de caixa serão classificados como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa; e restrições que afetam as decisões de uma entidade de usar saldos de caixa e equivalentes de caixa. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Ciclo Anual de Melhorias (2014-2016) Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com o objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisadas a IFRS 12 – Divulgação de interesses em outras entidades, a IFRS 1 – Primeira adoção do IFRS, a IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos. Com efeitos para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017 e 2018, não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Contábeis do Banco Société Générale Brasil S.A.

Alteração do IFRS 2 – Pagamentos baseado em ações, com alteração nos efeitos das condições de aquisição na mensuração de um pagamento baseado em ações liquidado em dinheiro, contabilização de uma modificação nos termos e condições de um pagamento baseado em ações que muda a classificação da transação de liquidação de caixa para liquidação de ações e classificação das operações de pagamento com base em ações com características de liquidação líquida. Com efeito para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos em virtude da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

As demonstrações financeiras individuais, foram publicadas no jornal Diário do Comércio e Indústria e Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edição de 21 de fevereiro de 2017, e as demonstrações financeiras consolidadas prudenciais, foram divulgadas no sitio do Banco no Brasil para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil, o conglomerado Banco Société Générale aplicou as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico corrigido, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa nº 3 - "Estimativas e julgamentos contábeis críticos".

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

2.3. Consolidação

2.3.1. Controladas

As controladas Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil, Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A. são entidades cujas políticas financeiras e operacionais são determinadas pelo Banco Société Générale e nas quais det m a totalidade das ações com direito de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se o Banco Société Générale controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pelo Banco Société Générale e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre empresas do conglomerado, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados no processo de consolidação. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Banco Société Générale.

2.3.2. Escopo de consolidação

(a) Subsidiárias controladas

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	2016		2015	
			Percentual		Percentual	
			Participação em capital votante	Participação em capital social	Participação em capital votante	Participação em capital social
SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil.....	Brasil	Financeira	100	100	100	100
Société Générale S.A. - Corretora de câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.....	Brasil	Financeira	100	100	100	100
Banco Cacique S.A.	Brasil	Financeira	100	100	100	100
SG SD Fundo de Investimento Multimercado-Investimento no Exterior	Brasil	Financeira	-	-	100	100
Banco Pecúnia S.A.	Brasil	Financeira	100	100	100	100

(b) Subsidiárias consolidadas - controladas diretas do Banco Cacique

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	2016		2015	
			Percentual		Percentual	
			Participação em capital votante	Participação em capital social	Participação em capital votante	Participação em capital social
Cacique Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Serviços	99,9960	99,9960	99,9960	99,9960
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	Brasil	Serviços	0,1000	0,1000	0,1000	0,1000

(c) Subsidiárias consolidadas - controladas indiretas do Banco Cacique (controladas diretas da Cacique Promotora de Vendas Ltda.)

Nome da Companhia	País de registro	Indústria	2016		2015	
			Percentual		Percentual	
			Participação em capital votante	Participação em capital social	Participação em capital votante	Participação em capital social
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.	Brasil	Serviços	99,9000	99,9000	99,9000	99,9000

(d) Em 01 de agosto de 2016, a Administração do Banco Cacique aprovou a incorporação da Credial Empreendimentos e Serviços Ltda., empresa cindida do Banco Pecúnia, na mesma data. A incorporação foi homologada pelo Banco Central em 12 de setembro de 2016. O acervo cindido, na data de referência, estava composto por:

Em 18/10/2016 a Credial Empreendimentos e Serviços Ltda. foi incorporada pela Cacique Promotora de Vendas Ltda.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econ mico, no qual a instituição atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Banco Société Générale.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

(b) Transações e itens do balanço patrimonial

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda funcional, aplicando-se, a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação.

As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda na demonstração do resultado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa é representado por disponibilidades em moedas nacionais e estrangeiras. Equivalentes de caixa é representado por aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco Société Générale para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.6. Operações compromissadas

As compras ou vendas de ativos financeiros vinculados a contrato de revenda ou recompra, respectivamente, são reconhecidos como um financiamento concedido ou recebido garantido pelo ativo financeiro, de acordo com a natureza do vendedor, sendo apresentados na demonstração de posição financeira em "Caixa e equivalentes de caixa" (ativo) quando o prazo de vencimento da operação na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias e apresentar risco insignificante de mudança de valor justo, em "Empréstimos e recebíveis" (ativo) quando o prazo de vencimento da operação na data da efetiva aplicação for superior a 90 dias, ou como "Captações no mercado aberto" (passivo).

As diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como "Receitas (despesas) de juros e similares" ao longo do prazo do respectivo contrato.

2.7. Ativos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) disponíveis para venda e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Nessa categoria estão incluídos os ativos financeiros mantidos para negociação.

Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando são adquiridos ou incorridos principalmente com o objetivo de negociação no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Os derivativos ativos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Ativos financeiros disponíveis para venda

São classificados como disponíveis para venda, os ativos financeiros não derivativos que serão mantidos por um período indefinido, que podem ser vendidos em resposta à necessidade de liquidez ou à mudança de taxa de juros, taxa de câmbio ou preços de ações.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, sendo os juros calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.15.) e reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas de juros e similares". A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra resultado quando liquidado ou pela perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Nessa categoria, incluem-se os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis do Banco Société Générale compreendem os "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras", "Empréstimos e adiantamentos a clientes" e outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, com base no método da taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.15.).

2.8. Passivos financeiros

O Banco Société Générale classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo através do resultado e (b) mensurados ao custo amortizado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Passivos financeiros ao valor justo através do resultado

Nessa categoria são incluídos os passivos financeiros mantidos para negociação.

Passivos financeiros mantidos para negociação são passivos incorridos principalmente com o propósito de negociação em um futuro próximo ou se fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros identificados que são administrados conjuntamente e existe evidência de um padrão recente de obtenção de lucros no curto prazo.

Os derivativos passivos são classificados nesta categoria, a não ser que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado compreendem aqueles que são atualizados subsequentemente pela taxa efetiva de juros (conforme nota explicativa nº 2.13.), que desconta os pagamentos futuros estimados de juros ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas (receitas) associadas ao instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

As despesas de juros correspondentes estão incluídas na conta “Despesas de juros e similares”.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos e *hedge accounting*

Derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e são subsequentemente mensurados pelos seus valores justos com as variações reconhecidas no resultado.

Para a determinação do valor justo de derivativos, é avaliado se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado através de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos. Na determinação do valor justo são considerados o risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do grupo (derivativos passivos).

Os derivativos não destinados a negociação receberão tratamento contábil diferenciado se esses derivativos forem designados e qualificados como instrumentos de *hedge*. Se este for o caso, determinamos em qual categoria de *hedge accounting* esse derivativo se classifica.

(a) Derivativos para negociação

Os derivativos que não se qualificam como instrumentos de proteção (*hedge accounting*) são classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado na categoria de mantidos para negociação.

As mudanças no valor justo destes instrumentos são reconhecidas no resultado do período sob a rubrica “Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação”.

(b) Derivativos não destinados à negociação (*hedge accounting*)

Certos derivativos são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que atendam aos critérios de contabilização como *hedge accounting*. A norma contábil prevê três tipos de estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

Para qualificar-se como *hedge accounting*, um derivativo deve ser:

- Designado e qualificado como um *hedge* de um ativo ou passivo financeiro especificado no início da vigência do contrato;
- Altamente efetivo em compensar a exposição às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido ou, no caso de *hedge* de fluxo de caixa, em relação às alterações no fluxo de caixa, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato;
- Formalmente e contemporaneamente documentado como parte do relacionamento de *hedge*, incluindo o objetivo e a estratégia de administração de risco, a identificação do instrumento de *hedge* e do item protegido por *hedge* e a exposição a risco, como a efetividade será analisada prospectivamente e retrospectivamente, e como será mensurada a ineficácia.

A avaliação e documentação da efetividade das relações de *hedge* são revisadas no mínimo trimestralmente para confirmar se o instrumento de *hedge* foi e continua a ser efetivo na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa (dependendo da modalidade da operação de *hedge accounting* estabelecida).

Toda ineficácia é registrada no resultado do período corrente. Se for determinado que um instrumento derivativo designado para *hedge* não é altamente efetivo no *hedge accounting* da exposição designada, a relação e contabilização do *hedge* são descontinuadas.

Mantínhamos derivativos qualificados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 21 - “Instrumentos financeiros derivativos não destinados a negociação - *hedge*”.

(b.1) *Hedge* de fluxo de caixa

Para instrumentos financeiros derivativos que são designados e se qualificam como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada como um componente do patrimônio líquido na conta de “Outros resultados abrangentes” e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado do exercício. Todos os montantes dos instrumentos de *hedge* que afetam o resultado são reconhecidos de forma condizente com a classificação do item protegido por *hedge*.

Se o relacionamento de *hedge* é descontinuado, a variação no valor justo do derivativo registrado no patrimônio líquido na conta de “*Hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem, de forma condizente com a estratégia de *hedge* original. Se for provável que a transação prevista não irá ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado será imediatamente reconhecido em resultado.

2.10. Reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos.

Os ativos financeiros não mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra. Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco Société Générale estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

2.11. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa proveniente destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios decorrentes da posse do instrumento. Se não houver transferência substancial dos riscos e benefícios, a Administração avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo no ativo.

Títulos vinculados a recompra e cessões de crédito com coobrigação não são desreconhecidos porque o grupo retém substancialmente os riscos e benefícios na extensão em que existe, respectivamente, um compromisso de comprá-los a um valor predeterminado ou de realizar pagamentos até uma determinada faixa no caso de default do devedor original dos empréstimos e adiantamentos.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente.

2.12. Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

O ativo financeiro pode ser compensado com um passivo financeiro e ser reportado pelo seu valor líquido no balanço patrimonial se possuir direito e obrigatoriedade contratual de compensar os montantes reconhecidos na demonstração do balanço patrimonial e pode utilizar-se de uma base líquida, realizando um ativo e liquidando um passivo simultaneamente.

2.13. Receitas e despesas de juros

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros, exceto daqueles mantidos para negociação ou designados ao valor justo através do resultado, são reconhecidos dentro de “Receitas de juros e rendimentos similares” e “Despesas juros e encargos similares” na demonstração do resultado usando o método da taxa efetiva de juros.

Método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro ou, apropriado por um período mais curto, que resulta no valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco Société Générale estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando o valor de um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares for reduzido em decorrência da redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida com base na taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da redução ao valor recuperável.

2.14. Resultado líquido com tarifas e comissões

Resultado líquido com tarifas e comissões é reconhecido conforme o regime contábil de competência no período em que os serviços são prestados (conforme descrito na nota explicativa nº 24 – Resultado líquido de tarifas e comissões), exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

(a) Empréstimos e recebíveis mantidos até o vencimento

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e são incorridas perdas por redução ao valor recuperável caso exista a evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”) e se esse evento (ou eventos) de perda apresentar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério que o Banco Société Générale utiliza para determinar que há evidência objetiva da redução ao valor recuperável inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do emissor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor;
- Deterioração do valor da garantia; e
- Redução abaixo do nível do investimento.

O Banco Société Générale primeiramente avalia a existência de evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável alocada para ativos financeiros que sejam individualmente significativos ou coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se não houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de ativos financeiros com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os ativos que são individualmente avaliados e para os quais há uma perda por redução ao valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do ativo. O valor contábil do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão (reduzidora) e o montante da perda é reconhecido no resultado. Se um empréstimo ou um ativo financeiro mantido até o vencimento possui a taxa de juros variável, a taxa de desconto a ser usada para fins de mensuração de qualquer redução ao valor recuperável é a taxa efetiva de juros corrente estabelecida pelo contrato. O Banco Société Générale pode mensurar a perda por redução ao valor recuperável com base no valor justo do instrumento financeiro usando o preço de mercado observável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de ativo financeiro para o qual exista garantia reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender a garantia caso a execução da garantia seja provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da redução ao valor recuperável, os ativos financeiros são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais ativos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos de acordo com as condições contratuais do ativo que está sendo avaliado.

Os fluxos de caixa futuros num grupo de ativos financeiros que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da perda por redução ao valor recuperável são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais de ativos do grupo e na experiência de perda histórica para os ativos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Quando um empréstimo é incobrável ele é baixado contra provisão para perda por redução ao valor recuperável. Tais empréstimos são baixados uma vez que todos os procedimentos necessários sejam completados e o montante de perda seja determinado.

Em um período subsequente, se o montante de perda for diminuído e a diminuição estiver relacionada objetivamente à um evento que ocorra após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida com o ajuste na conta de provisão. O montante de reversão é reconhecido em "Perdas líquidas de recuperação por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos" na demonstração do resultado.

(b) Ativos categorizados como disponíveis para venda

O Banco Société Générale avalia em cada data de balanço a existência de evidências objetivas de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros estejam deteriorados. Um declínio significativo ou prolongado no valor justo de um título e valor mobiliário categorizado como disponível para venda abaixo do seu custo é considerado para determinar se os ativos estão deteriorados. Quando tal evidência objetiva existir para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa (que é mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável desse ativo financeiro anteriormente reconhecido no resultado) é removida do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Empréstimos renegociados

Os empréstimos sujeitos a avaliação da redução ao valor recuperável coletivamente ou que sejam individualmente significativos, e cujos termos e condições foram renegociados não são considerados mais como vencidos, mas são tratados como novos empréstimos. Em períodos subsequentes, o ativo é considerado a vencer e divulgado apenas em caso de nova renegociação.

2.16. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. O custo de um ativo intangível adquirido em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados utilizando-se o método linear pela vida útil do respectivo ativo. Apesar de sujeito a amortização, esse ativos são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Intangíveis com vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados. No entanto, é realizado um teste de redução ao valor recuperável no mínimo a cada data base da demonstração do balanço patrimonial e sempre que houver evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável da respectiva classe de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício, na extensão da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável, conforme descrito no item 2.19. desta nota explicativa.

O Banco Société Générale utiliza o modelo de avaliação através ao valor recuperável do ativo, que é representado pelo fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

2.17. Ativos não correntes mantidos para a venda e operações descontinuadas

São considerados como tal os ativos não correntes que terão seu valor contábil recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que sejam classificados como mantidos para a venda, o ativo deve:

- Estar prontamente disponível para a venda imediata;
- Ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação;
- A entidade iniciar um programa para a localização de um comprador e concluir a venda;
- Ser ativamente negociado a um preço que seja uma aproximação razoável do seu valor justo;
- Ter sua venda prevista para o prazo de um ano.

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de veículos ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas decorrentes da redução de seu valor contábil para o valor justo menos custos de vender são reconhecidos na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

Um grupo de alienação se qualifica como operação descontinuada se representar um componente de uma entidade que foi alienado ou classificado como mantido para venda, e:

- Representar uma importante linha em separado de negócios ou área geográfica de operações;
- For parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações;
- For uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas em nota específica. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

2.18. Ativo imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico deduzidos da depreciação. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: vinte e cinco anos;
- Móveis, utensílios e equipamentos: dez anos;
- Sistema de processamento de dados: cinco anos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de perda por redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.19. Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de deterioração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação da perda pela redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido uma perda pela redução ao valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão da perda pela redução ao valor recuperável na data de apresentação da demonstração do balanço patrimonial.

2.20. Operações de arrendamento mercantil

O Banco Société Générale participa no mercado de arrendamento mercantil tanto como arrendador como arrendatário.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. No caso dos arrendamentos em que a parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendatário, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial na rubrica "empréstimos e adiantamentos a clientes".

Como arrendatário, as operações realizadas pelo Banco Société Générale são substancialmente classificadas como arrendamentos operacionais. Sendo as despesas reconhecidas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos casos de operações classificadas como arrendamentos financeiros, são reconhecidos os ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, os pagamentos mínimos do arrendamento financeiro são distribuídos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente e os ativos são depreciados.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes de expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

Como arrendador, o Banco Société Générale possui, através de sua controlada Société Générale Leasing, contratos de leasing operacional e financeiro e apresentados no balanço patrimonial na rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

2.20.1. Concessão de arrendamento mercantil financeiro

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento financeiro na demonstração do balanço patrimonial é realizada na conta de “Empréstimos e recebíveis” a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais são geralmente incorridos pelo Banco Société Générale e incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais incluem valores de comissões, honorários legais e custos internos. Os custos incorridos com relação à negociação, estruturação e vendas de arrendamento mercantis são excluídos da definição de custos diretos iniciais e, desta forma, são reconhecidos como despesa quando do reconhecimento do lucro da venda do arrendamento. O lucro da venda é reconhecido no início do prazo do arrendamento.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do Banco Société Générale.

Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados regularmente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida imediatamente.

2.20.2. Concessão de arrendamento mercantil operacional

A contabilização dos ativos mantidos em um arrendamento operacional na demonstração da posição financeira é realizada nas contas do ativo de acordo com a natureza do bem arrendado.

Os custos diretos iniciais incorridos pelo Banco Société Générale são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como despesa, pelo prazo do arrendamento e na mesma base do reconhecimento da receita.

A renda do arrendamento é reconhecida pelo método linear, pelo prazo do arrendamento, mesmo que os recebimentos não estejam na mesma base. Os custos, incluindo a depreciação, incorridos da realização da receita, são reconhecidos como despesa.

A política de depreciação para ativos arrendados depreciáveis é consistente com a política de depreciação utilizada pelo Banco Société Générale para ativos similares.

2.21. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pela IAS 37 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.

2.22. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“imposto sobre a renda”). O imposto sobre a renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. Para as instituições financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. A alíquota da contribuição é de 9% para as demais empresas.

O imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis são diferidos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

2.23. Captações com bancos e outros recursos

São reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecido na demonstração do resultado do período de vigência destes instrumentos, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.24. Pagamentos baseado em ações

O Banco Société Générale tem dois programas de pagamento baseado em ações para os seus diretores e funcionários, onde a empresa recebe os serviços prestados e como contraprestação outorga às partes opções de compra de ações do Banco Société Générale ou direitos de subscrição de ações a um preço de referência, aplicado um desconto percentual. Nos dois programas, os instrumentos de capital outorgados aos funcionários são com base nas ações da matriz. Os detalhes em relação aos dois programas estão descritos na nota explicativa nº 32 - “Plano de pagamento baseado em ações”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

2.25 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo e longo prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. Esses benefícios são reconhecidos dentro do período de competência.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

(b) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

(c) Participação nos lucros

O Banco reconhece uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na conta “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado conforme condições estabelecidas pelo sindicato da categoria.

■ 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da Administração. As estimativas e premissas que impactos das informações contábeis e são aplicadas de forma consistente entre os exercícios. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente e consistentemente nos exercícios subsequentes.

As estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as melhores estimativas disponíveis e em acordo com as regras aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas, e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros, quando aplicável e permitido pelas normas contábeis.

Políticas contábeis e o julgamento da Administração para certos itens são especialmente críticos para o resultado.

(a) Perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pela IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen (BR GAAP), que usa determinados limites regulatórios definidos pelo BACEN para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito de liquidação duvidosa.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo no balanço patrimonial incluem principalmente valores mobiliários classificados como de ativos financeiros mantidos para negociação, inclusive derivativos; outros ativos financeiros designados ao valor justo e ativos financeiros disponíveis para venda. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas.

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, conforme demonstrado abaixo:

- Nível 1 – Baseado em dados observáveis de mercado, tais com preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – Baseado em outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3 – Baseado em técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

	2016	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	711.910	450.478	297.183
Mantidos para negociação	711.910	450.478	297.183
Títulos e valores mobiliários.....	711.910	450.478	297.183
Carteira própria	364.295	364.295	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	347.615	86.183	297.183
Ativos financeiros disponíveis para venda	348.083	340.086	-
Títulos e valores mobiliários.....	348.083	340.086	-
Ativos dados em garantia.....	84.060	78.397	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação.....	58.218	58.218	-
Disponíveis para venda	25.842	20.179	-
Total	1.144.053	868.961	297.183
	2015	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado	(45.010)	(690.725)	667.481
Mantidos para negociação	(45.010)	(690.725)	667.481
Títulos e valores mobiliários.....	(45.010)	(690.725)	667.481
Carteira própria	200.491	222.256	-
Derivativos (passivo líquido de ativo)	(245.501)	(912.981)	667.481
Ativos financeiros disponíveis para venda	347.601	347.601	-
Títulos e valores mobiliários.....	347.601	347.601	-
Ativos dados em garantia.....	755.332	755.332	-
Ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação.....	560.354	560.355	-
Disponíveis para venda.....	194.978	194.977	-
Total	1.057.924	412.208	667.481

(c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda

O Société Générale revisa seus instrumentos de dívida classificados como investimentos disponíveis para venda em cada data das demonstrações financeiras para avaliar se eles estão designados para redução ao valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante à avaliação individual de empréstimos e adiantamentos.

O Société Générale também registra a redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais disponíveis para venda em que houve uma baixa significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determinação do que é considerada "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Société Générale avalia, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, além da duração e extensão na qual o valor justo do investimento foi menor do que o seu custo.

(d) Provisões

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão nem divulgação.

(e) Operações Descontinuadas

Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do banco decidiu pelo encerramento das operações do Banco Pecunia S.A., deixando de conceder novos empréstimos e assim o classificou como operações descontinuadas mantido para venda. A administração considerou que a controlada satisfizes os critérios para ser classificada desta maneira naquela data. Em 2015, o encerramento das operações ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, associada a alienações de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecunia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de operações descontinuadas mantidos para venda. A concretização da venda está condicionada a aprovação do Banco Central do Brasil.

■ 4. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS CRÍTICOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco Société Générale em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco Société Générale, sendo a estrutura de análise composta pela Alta Administração e comitês que atuam nos seguintes tipos de riscos:

- Risco de crédito; • Risco de mercado; • Risco de liquidez; • Risco operacional; e • Risco de capital.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

4.1. Risco de crédito

O Banco Société Générale está exposto ao risco de crédito, que é o risco pelo qual uma contraparte causa perda financeira ao falhar na liquidação de uma obrigação. Mudanças significativas na economia ou na saúde financeira de um segmento específico da indústria que represente uma concentração da carteira de investimentos mantida pelo Banco Société Générale podem resultar em perdas que são diferentes daquelas provisionadas na data do balanço patrimonial. Portanto, a Administração controla cuidadosamente a exposição ao risco de crédito. Há também o risco de crédito em acordos financeiros não registrados no balanço patrimonial, como compromissos de empréstimo ou prestação de garantias financeiras, avais e fianças. O controle e a gestão dos riscos de crédito são realizados por departamento especializado conforme segmentação do mercado em que o risco se insere: Corporate & Investment Bank, Serviços Financeiros Especializados – Varejo e Serviços Financeiros Especializados – Arrendamento Mercantil. Por meio do superintendente responsável por cada segmento de mercado, são endereçadas matérias para apreciação pelo respectivo Comitê de Crédito. As alçadas locais são definidas pela Matriz. Quando necessário, as decisões do comitês locais são encaminhadas para aprovação da Matriz.

O modelo global do Banco Société Générale é monitorado pelo Regulador francês, estando em conformidade com os requisitos do Acordo de Basiléia II. Além disso, existe a confrontação do rating proposto com o atribuído pelas agências externas e a análise julgamental que também leva em consideração aspectos setoriais, antes da atribuição final do rating. Os responsáveis pela atribuição e gestão de risco de crédito no Brasil atuam independentemente e reportam-se a áreas especializadas na Matriz.

No segmento de varejo, os limites são estabelecidos através de credit scoring determinado por metodologia estatística interna ou externa, parametrizado em sistema que reflete os procedimentos determinados pela Política quanto a alçadas, controles e confirmações. Os modelos de score são continuamente acompanhados e ajustados objetivando a maximização do retorno do capital alocado.

As operações de Arrendamento Mercantil (sob responsabilidade da Société Générale Leasing) são concedidas após apreciação de cada operação pelo Comitê de Crédito específico com base em avaliações quantitativas e qualitativas feitas em modelos próprios para cada empresa pretendente de operação de arrendamento mercantil no âmbito de grupo econômico. As decisões são tomadas por unanimidade de opiniões, cabendo direito de veto exclusivamente à Superintendência da controlada SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil. O Brasil conta com uma alçada para aprovação das operações de acordo com matriz de prazos e valores e que cobre parte significativa das operações. Excedida a alçada local, as operações são submetidas à aprovação da área de riscos da matriz em Paris.

No Atacado, os limites são estabelecidos após análise detalhada da contraparte e da estrutura da operação. Os critérios utilizados envolvem uma avaliação ampla dos riscos apresentados, dos níveis de concentração atingidos e dos fundamentos lógicos da solicitação. O rating da contraparte é proposto e monitorado numa ferramenta chamada

Starweb, que atende os requisitos de Basiléia II. A alçada para aprovação de crédito é centralizada em uma unidade independente da área de negócio, responsável por monitoração de risco do conglomerado

4.1.1. Mensuração do risco de crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos a clientes e a instituições financeiras

Ao mensurar o risco de crédito dos empréstimos e adiantamentos, o Banco Société Générale considera três componentes com relação à contraparte (i) a probabilidade de inadimplência por parte do cliente ou contraparte com respeito às suas obrigações contratuais; (ii) as exposições atuais com a contraparte e seu provável desenvolvimento futuro, a partir das quais se identifica a exposição à inadimplência; e (iii) o provável índice de recuperação das obrigações não cumpridas (perdas por inadimplência).

(i) O Banco Société Générale avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. A escala de classificação do grupo reflete as várias probabilidades de inadimplência para cada categoria. Isto significa que, em princípio, as exposições migram entre as categorias e a avaliação da probabilidade de inadimplência também muda. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, o Banco Société Générale valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

O Banco Société Générale usa classificação externa, quando possível, para parametrizar sua avaliação interna de risco de crédito. A inadimplência observada por categoria varia de exercício para exercício, especialmente ao longo de um ciclo econômico.

(ii) A exposição à inadimplência baseia-se nos valores que podem ser devidos ao Banco Société Générale no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo ou adiantamento, é o valor nominal. Nos compromissos de empréstimos ou adiantamentos, são incluídas todas as quantias sacadas, além do valor que poderá ter sido retirado no momento da inadimplência, se esta vier a ocorrer.

(iii) Perda por inadimplência ou severidade da perda representa a expectativa do Banco Société Générale com relação ao montante da perda estabelecido por uma ação, se a inadimplência ocorrer. Este montante é expresso como perda percentual por unidade de exposição e normalmente varia de acordo com a categoria da contraparte, com o tipo e o nível da ação e com a disponibilidade de garantias ou outras formas de mitigação de crédito.

4.1.2. Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Banco Société Générale administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais e quanto a indústrias e países. Com base nas definições da Política de Crédito no Brasil, derivadas da política global, são estruturados os níveis de risco máximos, estabelecendo-se limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico e a grupos de devedores. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria de Gestão de Riscos na matriz.

A exposição a qualquer tomador de empréstimo ou adiantamento é adicionalmente restrita por sub-limites que cobrem exposições registradas e não registradas no balanço patrimonial. As exposições reais de acordo com os limites estabelecidos são monitoradas periodicamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos e adiantamentos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração do limites quando apropriado.

Outras medidas específicas de controle e mitigação são descritas abaixo.

(a) Garantias

O Banco Société Générale emprega uma variedade de políticas e práticas destinadas a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional dessas medidas é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos, que é uma prática comum. O Banco Société Générale implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias diretas e indiretas para empréstimos e adiantamentos são: Garantias financeiras; Garantias fiduciárias; e Garantias reais.

Para minimizar as perdas relativas ao risco de crédito, o Banco Société Générale buscará garantias adicionais com a contraparte assim que houver indicadores de perdas por redução ao valor recuperável com relação a empréstimos e adiantamentos individuais relevantes.

Garantias para ativos financeiros, exceto empréstimos e adiantamentos, são determinadas pela natureza do instrumento.

(b) Derivativos

O Banco Société Générale mantém limites de controle sobre a posição líquida de derivativos abertos (ou seja, a diferença entre contratos de compra e venda), tanto por valor como por prazo. Em qualquer momento, o valor sujeito ao risco de crédito é limitado ao valor justo atual de instrumentos que são favoráveis ao Banco Société Générale (isto é, ativos com valor justo positivo), sendo que em relação aos derivativos é apenas uma pequena fração do contrato; ou valores nominais são usados para expressar o volume de instrumentos em aberto. Esta exposição ao risco de crédito é administrada como parte dos limites gerais para empréstimo a clientes, juntamente com as exposições potenciais causadas pelas movimentações do mercado. Normalmente, garantias não são obtidas para exposições ao risco de crédito sobre estes instrumentos, exceto quando o Banco Société Générale exige depósitos de margem das contrapartes.

(c) Compromissos de crédito (off balance)

Compromissos para extensão de crédito representam porções não utilizadas de autorizações para concessão de crédito na forma de empréstimos e adiantamentos, garantias ou letras de crédito. Com relação ao risco de crédito em compromissos de extensão de crédito, o Banco Société Générale está potencialmente exposto a perdas em montantes iguais ao total de compromissos não utilizados. No entanto, o valor provável de perda é igual ou menor que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos depende de que os clientes mantenham padrões de crédito específicos. O Banco Société Générale monitora o vencimento dos compromissos de crédito porque os compromissos de longo prazo em geral oferecem um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de curto prazo.

4.1.3. Políticas de perdas por redução ao valor recuperável e provisionamento

Os sistemas de classificação interno descritos no item 4.1.1. desta nota explicativa dão mais ênfase ao mapeamento da qualidade de crédito do que às atividades iniciais de empréstimos e investimento. Em contraste, as provisões para perda pela redução ao valor recuperável são reconhecidas para fins de elaboração de relatórios financeiros apenas para perdas que tenham sido incorridas na data da demonstração da posição financeira com base em evidência objetiva de perdas por redução ao valor recuperável.

As entidades pertencentes a SGCF (Societe Generale Consumer Finance) que operam com crédito ao varejo, avaliam periodicamente a existência de perda objetiva atualizando suas métricas de modelagem de risco.

A provisão para perda, incluindo a redução do valor recuperável estimado, é derivada da metodologia de risco aplicada a grupos homogêneos de exposição ao risco. Para isso a carteira de crédito de cada entidade é segregada primariamente por tipo de produto, uma vez que cada portfólio apresenta um comportamento diferenciado identificável na janela de observação.

Cada carteira homogênea é segregada por faixa de risco atribuível pelos dias em atraso, verificável individualmente, e divididas em dois grupos para alocação da provisão, sendo: (i) Provisão Específica e (ii) Provisão Coletiva

(i) A Provisão Específica é atribuída aos clientes na situação de default representado pelas categorias 'duvidosa' e 'não performada'.

Na categoria 'duvidosa' são classificados os clientes onde exista evidência objetiva de não honrar as parcelas. Para essa categoria, a evidência objetiva é representada pelo atraso em três parcelas, ou cujo contrato renegociado possua parcela vencida há mais de 30 dias. Nessa categoria estão registrados o capital emprestado e os juros incorridos até a data de balanço.

Na categoria 'não performada' estão classificados aqueles contratos que já se encontram com parcelas em atraso superior a 180 dias, e, estão registrados no balanço pelo capital emprestado e os juros incorridos até 180 dias de atraso.

(ii) A Provisão Coletiva refere-se aos empréstimos que existe uma evidência objetiva identificável, mas não está coberto pela Provisão Específica. Nesse caso, a evidência objetiva é representada pelo atraso de uma ou duas parcelas, mas que não requer que seja marcado como duvidoso.

O montante de provisão a ser constituído deve satisfazer a probabilidade de perda relacionada ao risco exposto. A provisão corresponde à diferença entre o valor contábil do empréstimo e o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva de juros. No caso dos contratos massificados, considerando ser uma quantidade grande de contratos com baixo valor unitário e com características similares, utilizam-se os modelos estatísticos sobre o montante recuperado dos contratos classificados em default e o ritmo dessa recuperação apresentado na janela de observação.

As Provisões, Específica e Coletiva, consideram em seu modelo estatístico duas matrizes sendo:

a) Matriz de passagem – representando a probabilidade para os contratos (contratos em default para Provisão Específica, contratos com uma ou duas parcelas de atraso para a Provisão Coletiva) de passarem a 'não performados'.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

b) Matriz de recuperação – representando a percentagem de recuperação dos contratos ‘não performados’ e seu prazo da recuperação.

A provisão para perda pela redução ao valor recuperável no balanço patrimonial do final do exercício é derivada das classificações de nível de risco.

Os critérios de classificação auxiliam o Banco Société Générale a determinar a evidência objetiva de perdas por redução ao valor recuperável com base nos seguintes critérios estabelecidos:

Inadimplência nos pagamentos de principal ou juros;

• Dificuldades financeiras do devedor (por exemplo, índice patrimonial, percentagem da receita líquida de vendas); • Violação de cláusulas ou termos de empréstimos; • Início de processo de falência; • Deterioração da posição competitiva do devedor; • Deterioração do valor da garantia; • Redução abaixo do nível do investimento.

4.1.4. Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A tabela representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito para o Banco Société Générale em 31 de dezembro 2016 e de 2015, sem considerar qualquer garantia ou outras melhorias de crédito agregadas. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis líquidos, conforme reportados no balanço patrimonial.

	Exposição máxima	
	2016	2015
Equivalentes de caixa (NE. 5)	3.702.483	4.719.128
Mantidos para negociação	1.171.428	1.716.309
Títulos e valores mobiliários.....	422.513	760.845
Derivativos (não instrumento de hedge)	748.915	955.464
Ativos financeiros disponíveis para venda	348.083	524.666
Títulos e valores mobiliários.....	348.083	524.666
Empréstimos e recebíveis	1.723.440	3.321.756
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	179.368	83.689
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.544.072	3.238.066
Ativos dados em garantia.....	25.842	17.913
Disponíveis para venda.....	25.842	17.913
Ativos não correntes - mantidos para venda	2.235	5.228
Garantias prestadas (off balance) (NE. 31)	585.576	1.153.481
Total	7.559.087	11.458.481

4.1.5. Empréstimos e adiantamentos a clientes ou a instituições financeiras

Os empréstimos e adiantamentos a clientes ou instituições financeiras estão resumidas abaixo:

	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos		Operações de arrendamento mercantil		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução do valor recuperável	670.959	1.862.135	166.399	492.158	871.838	886.474	1.709.196	3.240.767
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	753	3.844	-	-	5.227	3.007	5.980	6.851
Sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	8.265	74.055	-	82	-	-	8.265	74.137
Valor bruto	679.977	1.940.034	166.399	492.240	877.064	889.481	1.723.440	3.321.755
Menos - provisão para perdas por redução do valor recuperável	(13.439)	(61.624)	(151.106)	(153.516)	(23.010)	(18.943)	(187.555)	(234.083)
Valor líquido	666.538	1.878.410	15.293	338.724	854.054	870.538	1.535.885	3.087.672

Empréstimos e adiantamentos a clientes ou instituições financeiras renegociados

As atividades de renegociação incluem acordos para extensão de pagamento, planos aprovados pela Administração, modificação e deferimento de pagamentos, e outros planos, quando aplicável. Após a renegociação, a conta de cliente anteriormente vencida, retoma à condição de normalidade, sendo administrada juntamente com outras contas similares. As políticas e práticas de renegociação são baseadas em indicadores ou critérios, que indiquem que os pagamentos muito provavelmente continuarão a ser efetuados. Essas políticas são mantidas sob contínua revisão. Renegociações são mais comumente aplicadas a empréstimos a prazo, particularmente a empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os empréstimos e adiantamentos renegociados que de outro modo estariam vencidos ou individualmente provisionados por perdas por redução ao valor recuperável estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2	6.087
	2	6.087

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

4.1.6. Títulos e valores mobiliários

A tabela abaixo apresenta uma análise dos títulos e valores mobiliários de acordo com a designação de classificação de risco:

	2016		2015	
	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantidos para negociação	Títulos disponíveis para venda
Carteira própria:	364.296	348.083	200.491	347.600
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	34.415	30.376	4.222	12.263
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i)	148.958	317.707	145.701	335.337
Notas do Tesouro Nacional - NTN (i)	180.923	-	50.568	-
Vinculados à prestação de garantias:	58.217	25.842	560.354	194.979
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (i)	56.359	20.180	108.493	9.212
Letras do Tesouro Nacional - LTN (i)	-	5.662	436.058	185.767
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.858	-	15.803	-
Total	422.513	373.925	760.845	542.579

(i) Rating BB em 31 de dezembro de 2016 (BB em 31 de dezembro de 2015), conforme Standard & Poor's.

4.1.7. Retomada de garantias

Nas datas indicadas, o Banco Société Générale obteve posse de ativos dados em garantias, como segue:

	Valor contábil	
	2016	2015
Imóveis	4	4
Imobilizado de Uso	543	612
Imobilizado de Arrendamento Operacional	13.383	19.037
Outros	-	2
Total	13.930	19.654

Incluem o valor contábil de veículos ou não circulantes recebidos pelas entidades em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. As garantias retomadas são geralmente mensuradas ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria.

4.2. Risco de mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

As carteiras de investimento não designadas para negociação correspondem, basicamente, às operações de empréstimos e adiantamentos realizadas pelo Banco Société Générale, seus títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros, índice de preços e câmbio.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.2.1. Técnicas de mensuração do risco de mercado

(a) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 252 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

(b) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de "Análise de Sensibilidade" é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. O resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é contrastado com os limites de sensibilidade aprovados para cada fator de risco e então é feita a verificação de conformidade com os limites pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovada pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

(c) Testes de stress

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de stress é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado:

- Alto: aplicação de choques direcionais de alta de taxas de juros seguindo agregação das informações em prazos pré definidos (também conhecido como "time-bucketing") e segregado por fator de risco (isto é, taxas de juros em reais e/ou em moedas estrangeiras);
- Médio: trata-se da aplicação de um choque de 10 basis points (0,10%) nas taxas de juros em reais e em moeda estrangeira. Portanto, o cenário "Médio" reflete os valores da análise de sensibilidade; e
- Baixo: aplicação de choques direcionais de baixa de taxas de juros seguindo agregação das informações em prazos pré definidos (também conhecido como "time-bucketing") e segregado por fator de risco (isto é, taxas de juros em reais e/ou em moedas estrangeiras).

4.2.2. Resumo das medidas de Risco de Mercado

(a) VaR Carteira de Negociação

	2016	2015
Moeda.....	89	1.639
Ações.....	24	577
Juros Pós-fixados em Reais.....	24	1
Juros Pré-fixados em Reais.....	243	543
Juros em Moedas Estrangeiras.....	23.495	39.432
Juros Pós-fixados em Inflação.....	4	-
VaR Total.....	23.879	42.192

(b) Análise de Sensibilidade e Teste de Estresse

	2016			2015		
	Médio	Alto	Baixo	Médio	Alto	Baixo
Risco de taxa de juros locais.....	(151)	(2.953)	1.150	296	22.430	(9.233)
Risco de taxa de juros internacionais.....	(705)	(5.123)	4.269	(255)	(2.649)	1.673
Risco Total.....	(856)	(8.076)	5.419	41	19.781	(7.560)

4.2.3. Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Général ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. Na tabela estão incluídos os instrumentos financeiros ao valor contábil, categorizados por moedas.

Concentrações de risco de moeda - instrumentos financeiros registrados e não registrados no balanço patrimonial:

	2016							
	Dólar dos EUA	Euro	Franco Suíço	Iene	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposição Ativa.....	10.587	2.505	1	0	17	135	2	13.247
Exposição Passiva.....	(10.588)	(2.501)	(1)	(0)	(16)	(135)	(2)	(13.244)

	2015							
	Dólar dos EUA	Euro	Franco Suíço	Iene	Libra Esterlina	Dólar Canadense	Outros	Total
Exposição Ativa.....	16.807	3.596	813	-	49	195	1	21.461
Exposição Passiva.....	(16.741)	(3.600)	(813)	-	(49)	(194)	(1)	(21.398)

4.2.4. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem aumentar em decorrência dessas mudanças, mas podem diminuir as perdas se ocorrerem movimentações inesperadas. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido. A tabela abaixo resume a exposição do Banco Société Générale ao risco das taxas de juros e inclui os instrumentos financeiros ao seu valor justo, categorizados por vencimento.

	2016					
	Em até um mês	De um a três meses	De três a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Reais.....	46	(1.198)	(1)	48	68	(1.037)
Juros em Moedas Estrangeiras.....	(2.148)	(283)	3.457	(51)	36	1.011
Juros indexados à Inflação.....	-	-	17	22	266	305

	2015					
	Em até um mês	De um a três meses	De três a 12 meses	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Juros em Reais.....	(135)	91	(204)	41	1	(206)
Juros em Moedas Estrangeiras.....	(4.023)	3.868	13	17	(31)	(156)
Juros indexados à Inflação.....	-	-	3	-	-	3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade do Banco Société Générale não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

4.3.1. Processo de gestão do risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos e passivos.

O Banco Société Générale envia frequentemente relatórios de risco de liquidez ao BACEN. Tal levantamento é realizado de forma gerencial e sua avaliação é realizada em bases mensais, sendo que, para cada levantamento, o risco de liquidez é avaliado para os três meses seguintes.

4.3.2. Fluxos de caixa

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar e a receber de acordo com ativos e passivos financeiros, descritos pelo prazo de vencimento contratual remanescente à data do balanço patrimonial. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados, cujo risco de liquidez é administrado com base nas entradas de caixa não descontadas esperadas:

31 de dezembro de 2016

	Faixa de Prazo				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativos					
Ativos negociáveis em mercado ativo	342.663	-	271	109.264	-
Outras Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.888.853	148.155	237.750	45.980	-
Valores vinculados.....	87.846	5.662	153.585	97.146	-
Carteira de crédito.....	161.386	647.781	480.349	113.742	690
Derivativos.....	239.013	199.249	206.017	37.324	111.027
Outros ativos.....	105.946	24.258	38.525	332.569	-
Total	4.825.707	1.025.105	1.116.497	736.025	111.717
Passivos					
Operações compromissadas	841.135	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	427.542	198.378	243.451	45.980	-
Depósito à vista	6.547	-	-	-	-
Depósito a prazo.....	621	314.101	235.205	348	-
Obrigações por empréstimos.....	2.347.007	571.203	256.869	81.437	2.445
Derivativos	88.149	209.804	42.088	689	68.535
Outros passivos	2.058.301	1.279.762	605.946	217.386	-
Total	5.769.302	2.573.248	1.383.559	345.840	70.980
Diferença (ativo e passivo).....	(943.595)	(1.548.143)	(267.062)	390.185	40.737

31 de dezembro de 2015

	Faixa de Prazo				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
Ativos					
Ativos negociáveis em mercado ativo	209.496	329.808	5.528	12.263	-
Outras Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.794.001	478.836	228.259	39.224	1.034
Valores vinculados.....	560.355	8.701	177.065	9.212	-
Carteira de crédito.....	605.377	877.249	1.325.931	144.388	7.049
Derivativos	138.170	437.305	199.091	142.162	38.736
Outros ativos.....	254.711	7.942	-	234.087	-
Total	6.562.111	2.139.842	1.935.873	581.336	46.819
Passivos					
Depósitos interfinanceiros	381	66	-	-	-
Depósito à vista	1.737	-	-	-	-
Depósito a prazo.....	14.456	2.052	20.014	-	-
Obrigações por empréstimos.....	4.348.472	1.712.987	908.854	164.311	28.388
Derivativos	276.312	663.490	232.401	652	28.110
Outros passivos	2.395.702	4.222.981	1.939.371	716.175	-
Total	7.037.060	6.601.576	3.100.640	881.138	56.498
Diferença (ativo e passivo).....	(474.949)	(4.461.734)	(1.164.767)	(299.802)	(9.679)

Os ativos disponíveis para cumprir todas as obrigações e cobrir os compromissos em aberto incluem caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos. A Administração também poderia cobrir saídas de caixa inesperadas vendendo títulos e acessando fontes de recursos adicionais, tais como mercados lastreados em ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

4.4. Risco operacional

Definição

Seguindo a definição do Banco Central do Brasil (Resolução 3.380/06) e documentos de referência da Basileia II, risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes direta ou indiretamente de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades desenvolvidas pela Instituição. No Grupo Société Générale, esta definição inclui risco de reputação/imagem, mas exclui risco de estratégia.

O Grupo Société Générale adotou as seguintes categorias para classificar riscos operacionais:

1. Disputas comerciais; 2. Disputas com as autoridades; 3. Erros na avaliação de risco/determinação do preço; 4. Erros de execução; 5. Fraude e outras atividades criminais; 6. Negócios fraudulentos nos mercados de capital ("rogue trading"); 7. Perda de capacidade/ambiente operacional; 8. Interrupção de sistemas.

O Société Générale identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles:

- Avaliação de riscos e controles inerentes das áreas, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia adotada pelo Société Générale. Essa avaliação é revisada no mínimo anualmente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição;
- Análise sistemática das perdas operacionais históricas;
- Monitoramento mensal de indicadores de riscos;
- Controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivos;
- Controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance");
- Controles anti-fraudes;
- Plano de continuidade de negócios;
- Comitê de novos produtos;
- Campanhas de conscientização dos colaboradores.

4.5. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo (*)

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo.

	Valor contábil		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros.....	1.535.885	3.087.672	1.535.083	3.048.363
Empréstimos e recebíveis	1.535.885	3.087.672	1.535.083	3.048.363
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	179.368	83.689	179.369	83.689
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.544.072	3.238.066	1.543.269	3.198.757
Provisão para perda por redução no valor recuperável	(187.555)	(234.083)	(187.555)	(234.083)
Passivos financeiros	4.618.010	7.227.414	4.618.010	7.226.750
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.618.010	7.227.414	4.618.010	7.226.750
Depósitos de clientes	658.306	208.391	658.306	208.387
Depósitos de instituições financeiras	75	447	75	467
Captações no mercado aberto	697.459	-	697.459	-
Obrigações por empréstimos e repasses	3.262.170	7.018.576	3.262.170	7.017.896

(*) Para os valores justos dos ativos e passivos foi utilizada a mesma metodologia e modelos de precificação do Grupo, conforme notas explicativas nº 2.11 e nº 3.b.

4.6. Gestão de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelos respectivos gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado prevendo:

I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE, com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração;

II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

O Conglomerado está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretrizes e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital estipulados pelo BACEN, objetivo alcançado com sucesso durante o período. O conglomerado cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito. A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basileia, apurados de acordo as normas do Banco Central do Brasil.

	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2016	2015
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.352.202	1.368.528
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	406.242	623.729
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	9.462	21.600
Valor da margem		936.498	723.199

• Parcelas que compõem o PRE

	2016		2015	
Parcela	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	261.787	19%	431.349	32%
RWACAM	3.782	0%	26.468	2%
RWAJUR1	13.963	1%	14.016	1%
RWAJUR2	100.226	7%	97.775	7%
RWAJUR3	63	0%	3	0%
PACS	120	0%	3.074	0%
RWAOPAD	26.301	2%	51.044	4%

• Extrapolação

	2016	2015
Índice alcançado	32,87%	24,14%

■ 5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E RESERVAS NO BACEN

	2016	2015
Caixa	51.529	12.479
Caixa em moeda nacional	14.840	12.476
Caixa em moeda estrangeira	36.689	3
Equivalentes de caixa	3.650.954	4.706.649
Operações compromissadas	3.650.954	4.706.649
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.702.483	4.719.128
Reservas no BACEN - em espécie	2.097	2.548
Total de caixa e equivalentes de caixa e reserva do Banco Central	3.704.580	4.721.676

As reservas bancárias não são consideradas como equivalentes de caixa para as Demonstrações Financeiras por não atender os critérios de classificação.

■ 6. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO - MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

(a) Títulos e valores mobiliários

	2016			2015		
	Curva	Valor Justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor Justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria	332.244	334.667	2.423	200.841	200.491	(350)
Notas do Tesouro Nacional	178.277	180.923	2.646	50.842	50.569	(273)
Letras do Tesouro Nacional	70.057	69.798	(259)	145.778	145.701	(77)
Letras Financeiras do Tesouro	83.910	83.946	36	4.221	4.221	-
Vinculados à prestação de garantias	87.606	87.846	240	560.823	560.354	(469)
Notas do Tesouro Nacional	1.827	1.858	31	15.942	15.803	(139)
Letras do Tesouro Nacional	29.408	29.629	221	436.409	436.058	(351)
Letras Financeiras do Tesouro	56.371	56.359	(12)	108.472	108.493	21
Total	419.850	422.513	2.663	761.664	760.845	(819)

Títulos e valores mobiliários dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos são títulos de dívida pública e são reclassificados e apresentados separadamente como ativos dados em garantia para efeitos de balanço patrimonial.

(b) Instrumentos Financeiros Derivativos (não instrumento de hedge)

O Banco Société Générale participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

(i) Swap

Swaps de moeda e taxa de juros são compromissos de troca de um conjunto de fluxos de caixa por outro e resultam em uma troca econômica de moedas ou taxas de juros (por exemplo, fixa ou variável) ou em uma combinação das mesmas (ou seja, Swaps de moeda e de taxa de juros). Não ocorre a troca do principal, exceto em certos Swaps de moeda. O risco de crédito do Banco Société Générale representa o custo potencial para repor os contratos de swap se as contrapartes não cumprirem suas obrigações. Este risco é continuamente monitorado com relação ao valor justo atual, à proporção do valor nominal dos contratos e à liquidez do mercado. Para controlar o nível do risco de crédito assumido, o Banco Société Générale avalia as contrapartes dos contratos usando as mesmas técnicas empregadas em suas atividades de empréstimo.

(ii) Futuros de taxas de câmbio e de juros

Operações de futuro de taxas de câmbio e de juros são obrigações contratuais de pagamento ou recebimento de um valor líquido baseado em mudanças nas taxas de câmbio ou de juros, ou de compra ou venda de um instrumento financeiro em uma data futura a um preço especificado, estabelecido por um mercado financeiro organizado. O risco de crédito é mínimo, uma vez que os contratos de futuros são garantidos por caixa ou títulos e valores mobiliários e as mudanças no valor dos contratos são liquidadas diariamente por meio do câmbio. Contratos com taxa a termo são operações de futuro de taxas de juros negociadas individualmente que exigem a liquidação da diferença entre a taxa contratada e a taxa atual de mercado sobre o valor do principal, a ser paga em caixa, em uma data futura.

A composição líquida (ativo menos passivo) dos valores de referência e dos valores justos dos derivativos de negociação é a seguinte:

	2016		2015	
	Valor de referência	Valor justo	Valor de referência	Valor justo
Risco de taxa de juros	4.982.120	(11.062)	4.342.297	3.256
Swaps.....	420.000	(11.117)	105.000	2.644
Contrato de futuros	4.562.120	55	4.237.297	612
Risco de moeda estrangeira	16.307.226	310.823	26.892.143	(95.477)
Swaps.....	3.869.164	240.958	4.962.082	(368.005)
NDFs.....	5.709.357	116.897	7.682.964	118.195
Compra e venda de opções.....	124.400	861	198.079	1.665
Operações a Termo	36.452	17	-	-
Contrato de futuros	6.567.853	(47.910)	14.049.018	152.668
Total	21.289.346	299.761	31.234.440	(92.221)

	2016	2015	2016	2015
	Valor dos contratos	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Ajuste a receber (pagar)
Mercado futuro				
Mercadoria				
DDI	5.442.129	10.389.543	(46.214)	155.080
DI	4.562.120	4.237.297	55	612
Dólar	1.125.724	3.659.475	(1.696)	(2.412)
Total	11.129.973	18.286.315	(47.855)	153.280

	2016		2015	
Opções	Valor de referência	Prêmio a receber	Valor de referência	Prêmio a receber
Compra de Opção de venda	124.400	861	191.239	1.665
Venda Opção de venda	-	-	6.840	-
Total	124.400	861	198.079	1.665

	2016	2015
	Valor dos contratos	Valor dos contratos
Operações a termo		
Compras a termo a receber.....	36.452	-
Obrigações por compra de termo a pagar.....	(36.435)	-
Total	17	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2016

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência		Curva	Mercado
	Operações registradas na CETIP	Total		
CAP x PRE.....	221.892	221.892	(6.263)	(10.762)
CDI x EURO (Fluxo de caixa).....	28.431	28.431	5.323	5.398
CDI x PRE (Fluxo de caixa).....	55.000	55.000	60	(202)
CDI x EURO.....	334.427	334.427	117.518	117.127
CDI x IPCA.....	24.100	24.100	(114)	(354)
CDI x PRE (Termo).....	365.000	365.000	-	(10.915)
CDI x DOLAR.....	60.000	60.000	18.459	18.584
Cesta de Ações x PRE.....	375.739	375.739	6.243	10.762
DOLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa).....	441.296	441.296	(3)	(1.484)
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa).....	11.263	11.263	8.285	8.383
DOLAR (NDF).....	4.074.158	4.074.158	103.746	110.830
DOLAR x CDI (Fluxo de caixa).....	100.000	100.000	88.232	94.380
EURIBOR x EUR ECB.....	119.368	119.368	(947)	(5.614)
EURIBOR x PRE.....	386.479	386.479	(116.894)	(117.287)
EURO (NDF).....	1.616.993	1.616.993	(579)	4.036
FRANCO SUIÇO (NDF).....	1.371	1.371	143	159
IPCA x CDI.....	24.200	24.200	92	280
JPY Reuters 11 NY (NDF).....	217	217	50	52
LIBOR US 3M x DOLAR (Fluxo de caixa).....	376.126	376.126	3	1.590
LIBRA ESTERLINA (NDF).....	16.617	16.617	1.623	1.820
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB.....	119.072	119.072	56.511	51.545
PRE x DOLAR.....	253.867	253.867	12.127	20.257
PRE x DOLAR (Fluxo de caixa).....	700.647	700.647	46.283	34.027
PRE x EURIBOR.....	60.000	60.000	(4.773)	(4.391)
PRE x EURO.....	232.258	232.258	17.428	18.517
	9.998.521	9.998.521	352.553	346.738

Em 31 de dezembro de 2015

Swaps e NDF's

Indexador	Valor de referência		Curva	Mercado
	Operações registradas na CETIP			
ABI BB x CDI.....	19.070		(932)	(3.077)
AUD Reuters 11 NY (NDF).....	203		(8)	(9)
BAC UM x CDI.....	13.516		(645)	(1.954)
CA FP x CDI.....	18.693		(634)	(4.084)
Call Digital x PRE.....	51.613		1.315	12.036
CDI x PRE (Fluxo de caixa).....	105.000		407	2.644
CDI - 0,95% x EURIBOR + EUR ECB.....	119.072		(48.255)	(52.404)
CDI x ABI BB.....	19.070		932	3.077
CDI x BAC UM.....	13.516		645	1.954
CDI x DOLAR (Fluxo de caixa).....	1.082.849		(220.071)	(246.879)
DIS US x PRE.....	8.178		366	478
DOLAR x LIBOR US 6M (Fluxo de caixa).....	183.033		806	2.141
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa).....	19.212		20.753	21.742
DOLAR (NDF).....	5.147.894		35.595	47.295
DOLAR CANADENSE (NDF).....	203.000		6.646	11.169
Dow Jones US Real Estate Index Fund x PRE.....	12.618		109	534
EURIBOR x EUR ECB.....	642.474		(44)	636
EURO (NDF).....	1.042.268		(11.960)	(18.237)
EuroREUTERS11NY (NDF).....	33.847		982	360
FRANCO SUICO (NDF).....	357		(6)	2
JPY Reuters 11 NY (NDF).....	479		6	3
LIBOR US 6M x DOLAR (Fluxo de caixa).....	336.591		17	(33)
LIBRA ESTERLINA (NDF).....	31.043		(5.886)	(6.504)
PRÉ x 0%PRÉ 0%.....	46.820		(11)	-
PRE x Call Digital.....	51.613		(1.308)	(12.036)
PRE x Cesta de Moedas.....	71.015		(5.089)	(6.896)
PRE x DAX.....	17.525		(147)	(21)
PRE x EURIBOR.....	79.574		(2.716)	(3.938)
PRE x Euro ECB (Fluxo de caixa).....	67.245		(4.405)	(5.403)
	12.794.465		(244.458)	(247.166)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

A composição dos valores de referência notional e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	2016						Total
	Até três meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Swaps.....	585.746	1.111.126	1.517.212	491.750	583.330	-	4.289.164
NDFs.....	2.780.173	2.014.964	621.200	35.572	257.448	-	5.709.357
Compra e venda de opções.....	-	124.400	-	-	-	-	124.400
Operações a Termo.....	36.452	-	-	-	-	-	36.452
Contrato de futuros.....	3.729.364	4.126.369	1.121.779	1.131.542	793.686	227.233	11.129.973
	7.131.735	7.376.859	3.260.191	1.658.864	1.634.464	227.233	21.289.346

	2015						Total
	Até três meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Swaps.....	421.949	3.089.996	701.807	270.000	583.329	-	5.067.082
NDFs.....	3.460.511	3.318.749	367.816	271.158	264.730	-	7.682.964
Compra e venda de opções.....	7.627	6.052	184.400	-	-	-	198.079
Contrato de futuros.....	11.578.622	4.557.151	1.311.577	339.171	499.794	-	18.286.315
	15.468.709	10.971.948	2.565.600	880.329	1.347.853	-	31.234.440

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco Société Générale, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco Société Générale, principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial. O resultado desses instrumentos financeiros é reconhecido na rubrica "Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação", na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados como instrumentos de *hedge* estão apresentados na nota explicativa nº 21 - "Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação – *hedge*".

■ 7. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2016			2015		
	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo	Curva	Valor justo	Ajuste a valor justo
Carteira própria.....	117.176	117.531	355	347.903	347.600	(303)
Letras do Tesouro Nacional.....	86.764	87.156	392	335.639	335.337	(302)
Letras Financeiras do Tesouro.....	30.412	30.375	(37)	12.264	12.263	-
Vinculados à prestação de garantias.....	249.958	256.394	6.436	206.684	194.979	(11.705)
Letras do Tesouro Nacional.....	229.754	236.214	6.460	197.472	185.768	(11.704)
Letras Financeiras do Tesouro.....	20.204	20.180	(24)	9.212	9.211	-
Total.....	367.135	373.925	6.790	554.587	542.579	(12.008)

O ajuste a valor justo para títulos disponíveis para a venda é contabilizado em resultados abrangentes líquidos de efeito fiscal é de 45%. O saldo de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 3.056 em 31 de dezembro de 2016 e de R\$ 2.032 em 31 de dezembro de 2015, conforme nota explicativa nº20 – "Efeito dos impostos sobre a renda em outros resultados abrangentes".

A movimentação do saldo de ativos financeiros disponíveis para venda nos exercícios está apresentada a seguir:

	2016	2015
Saldo inicial.....	542.579	378.673
Variação cambial dos ativos monetários.....	65.450	14.424
Adições.....	248.195	336.516
Alienações.....	(482.238)	(187.031)
Perdas por redução do valor recuperável.....	(61)	(3)
Saldo final.....	373.925	542.579

■ 8. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

(a) Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2016	2015
Operações de arrendamento mercantil financeiro.....	34.218	83.689
Outros empréstimos a instituições financeiras.....	145.150	-
Total.....	179.368	83.689

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras referem-se a operações de Arrendamento Mercantil Financeiro com direcionamento para "Instituições Financeiras" e operações compromissadas com instituições financeiras com prazo superior à 30 dias.

A Administração do banco avaliou a carteira de empréstimos e adiantamentos a Instituições Financeiras e não identificou evidências para contabilização de "provisão para perda por redução ao valor recuperável".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

(b) Empréstimos e adiantamentos a clientes

	2016	2015
Empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo		
Empréstimos e títulos descontados.....	73.170	254.954
Financiamentos.....	166.399	492.240
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber	427.439	1.685.080
Operações de arrendamento mercantil financeiro.....	877.064	805.792
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.544.072	3.238.066
Por setor do devedor		
Indústria	581.523	2.242.334
Comércio	336.171	154.807
Pessoas físicas	23.705	119.004
Outros setores	602.674	721.922
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.544.072	3.238.066
Por fórmula da taxa de juros		
Juros prefixados.....	587.668	573.452
Juros pós-fixados	956.404	2.664.614
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.544.072	3.238.066
Por vencimento		
Vencidas a partir de 15 dias	176.861	49.780
A vencer até 3 meses	108.402	601.788
A vencer de 3 a 12 meses	651.194	866.558
A vencer acima de um ano.....	607.615	1.719.939
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.544.072	3.238.066
Por concentração		
Principal devedor	299.776	953.945
10 seguintes maiores devedores.....	867.661	1.601.657
20 seguintes maiores devedores.....	200.737	376.785
50 seguintes maiores devedores.....	123.022	136.933
100 seguintes maiores devedores.....	40.050	59.715
Demais devedores.....	12.826	109.032
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.544.072	3.238.066
Provisão de perda por redução no valor recuperável.....	(187.555)	(234.083)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de provisão de perda por redução no valor recuperável	1.356.517	3.003.983

Composição dos saldos de empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo e setor do devedor, fórmula da taxa de juros, vencimento e concentração:

(c) Provisão de perda por redução ao valor recuperável

As variações na provisão de perda por redução ao valor recuperável nos saldos da rubrica "Empréstimos e recebíveis" são as seguintes, por setor do devedor:

	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos		Operações de arrendamento mercantil		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo Inicial de provisão de perda por redução no valor recuperável	61.624	90.896	153.516	87.074	18.943	233	234.083	178.203
Indústria	-	-	153.451	-	11.638	30	165.089	30
Comércio	1	11.054	-	-	-	-	1	11.054
Pessoas físicas	61.623	79.842	65	85.569	-	-	61.688	165.411
Outros setores	-	-	-	1.505	7.305	203	7.305	1.708
Constituição de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável.....	17.577	86.459	14	154.548	4.067	18.710	21.658	259.717
Indústria	-	-	-	153.959	(1.505)	11.608	(1.505)	165.567
Comércio	2.182	-	-	-	3.963	-	6.145	-
Pessoas físicas	12.196	86.459	14	589	-	-	12.210	87.048
Outros setores	3.199	-	-	-	1.609	7.102	4.808	7.102
Baixa de saldos contra provisão de perdas por redução no valor recuperável	(65.762)	(115.731)	(2.425)	(88.106)	-	-	(68.186)	(203.837)
Indústria	-	-	(2.346)	-	-	-	(2.346)	-
Comércio	-	(11.053)	-	-	-	-	-	(11.053)
Pessoas físicas	(65.762)	(104.678)	(79)	(86.601)	-	-	(65.840)	(191.279)
Outros setores	-	-	-	(1.505)	-	-	-	(1.505)
Saldo final de provisão de perda por redução no valor recuperável	13.439	61.624	151.105	153.516	23.010	18.943	187.555	234.083
Recuperações de empréstimos e recebíveis baixados para prejuízo (*).....	19.135	33.288	895	844	-	-	20.030	34.132

O saldo de operações de crédito renegociados no exercício de 2016 é R\$ 2 (R\$ 6.087 em 2015).

(*) Nota explicativa nº 22.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

(d) Operações de arrendamento mercantil financeiro

	2016	2015
O valor presente dos valores mínimos a receber de arrendamentos financeiros pode ser analisado da seguinte forma:	877.064	846.999
Até 1 ano	346.236	345.057
Entre 1 e 5 anos	530.138	495.141
Acima de 5 anos	690	6.801

Apresentamos abaixo a reconciliação entre o investimento total bruto nos arrendamentos financeiros e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos a receber, assim como a análise do valor presente mínimo a receber de arrendamentos financeiros por vencimento:

As operações de arrendamento financeiro estão inseridas na nota explicativa nº8, sub-itens (a) e (b) – “Empréstimos e adiantamentos a clientes”, e estão divulgadas na mesma linha no balanço patrimonial.

(e) Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Banco Société Générale avalia a evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa n   2 - “Principais práticas contábeis”).

Demonstramos a seguir a composição da perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos para os exercícios indicados:

	Empréstimos e títulos descontados		Financiamentos		Oper��o��es de arrendamento mercantil		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	61.624	90.896	153.516	87.074	18.943	233	234.083	178.203
Adi��o��es	17.577	86.459	14	154.548	4.067	18.710	21.658	259.717
��nd��stria	-	-	-	153.959	(1.505)	11.608	(1.505)	165.567
Comércio	2.182	-	-	-	3.963	-	6.145	-
Pessoas físicas	12.196	86.459	14	589	-	-	12.210	87.048
Outros setores	3.199	-	-	-	1.609	7.102	4.808	7.102
Baixas como prejuízo	(65.762)	(115.731)	(2.424)	(88.106)	-	-	(68.186)	(203.837)
��nd��stria	-	-	(2.346)	-	-	-	(2.346)	-
Comércio	-	(11.053)	-	-	-	-	-	(11.053)
Pessoas físicas	(65.762)	(104.678)	(78)	(86.601)	-	-	(65.840)	(191.279)
Outros setores	-	-	-	(1.505)	-	-	-	(1.505)
Saldo Final	13.439	61.624	151.106	153.516	23.010	18.943	187.555	234.083

   9. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA A VENDA E OPERA  O  ES DESCONTINUADAS

	2016	2015
Imóveis	33	4
Bens reintegrados diversos	2.202	5.224
Total	2.235	5.228

Imóveis e veículos retomados através da execução de garantia de contratos de empréstimos e financiamentos, reconhecidos contabilmente pelo valor de mercado do bem deduzido das despesas com vendas, como por exemplo, custo do leiloeiro, multas e taxas.

A venda dos bens é realizada através de leilão ou de forma direta. O prazo esperado para a venda dos bens de até um ano. Bens não vendidos há mais de um ano são reduzidos ao seu valor recuperável.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram vendidos ativos não correntes mantidos para a venda no montante de R\$ 9.720 e R\$ 7.840 respectivamente. O lucro na venda foi de R\$ 2.126 em 31 de dezembro de 2016 (2015 de R\$ 8.190).

Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do decidiu pelo encerramento das opera  o  es do Banco Pecúnia S.A., deixando de conceder novos empréstimos. Em 2015, o encerramento das opera  o  es ocorreu através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condi  o  es originalmente pactuados, associada a aliena  o  es de parte substancial de sua carteira de financiamento de veículos. Em 18 de fevereiro de 2016, a Administração assinou a alienação do Banco Pecúnia S.A. e por esta razão a classifica em ativos de opera  o  es descontinuadas mantidos para venda. A concretização da venda está condicionada a aprovação do Banco Central do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

Em consonância com o IFRS 5 Ativos Não-correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, segue o resultado do exercício do Banco Pecúnia:

	2016	2015
Receita.....	37.172	295.980
Despesa.....	(72.295)	(427.647)
Prejuízo bruto.....	(35.123)	(131.667)
Perda por redução ao valor recuperável reconhecida quando do recálculo do valor justo menos custos de venda.....	950	(1.501)
Lucro (prejuízo) da operação descontinuada antes dos impostos.....	(34.173)	(133.168)
Receita tributária.....	(428)	1.380
Relacionada a lucro (prejuízo) antes do imposto.....	(428)	676
Relacionada ao cálculo a valor justo menos custos de venda.....	-	704
Lucro (prejuízo) do exercício da operação descontinuada.....	(34.601)	(131.788)
As principais classes de ativos e passivos do Banco Pecúnia em 31 de dezembro são:		
Ativo.....	122.498	198.485
Caixa, equivalentes de caixa e reservas no Banco Central.....	61.753	95.263
Ativos financeiros.....	10.111	19.363
Empréstimos e recebíveis.....	4.961	13.512
Ativos não correntes mantidos para venda.....	-	11
Créditos tributários.....	259	676
Outros ativos.....	45.414	68.162
Ativo imobilizado.....	-	1.498
Passivo.....	122.498	198.485
Provisões.....	63.698	66.941
Passivos tributários diferidos.....	-	107
Outros passivos.....	1.699	33.588
Reserva de grupo de alienação classificado como mantido para venda.....	57.101	97.849
Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelo Banco Pecúnia são:		
Atividades operacionais.....	(27.450)	(70.170)
Atividades de investimentos.....	1	64
Atividades de financiamento.....	(6.061)	138.000
Caixa líquido (usado) / gerado.....	(33.510)	67.894

Os valores de ativo e passivo estão apresentados pelo valor bruto das eliminações, os valores líquidos do ativo e passivo são, respectivamente, R\$ 61.237 (R\$ 103.657 em 2015) e R\$ 64.391 (R\$ 94.527 em 2015) como apresentados no balanço patrimonial.

■ 10. ATIVO IMOBILIZADO

	Máquinas e equipamentos	Software	Imobilizado de arrendamento	Outros	Total
Aquisições.....	1.216	35	1.903	232	3.386
Baixa do custo.....	(821)	(8)	(11.828)	(2.774)	(15.431)
Baixa da depreciação.....	457	2	7.688	2.215	10.362
Despesa de depreciação (nota explicativa nº 29).....	(1.338)	(2.445)	(3.261)	(569)	(7.613)
Em 31 de dezembro de 2016.....	(486)	(2.416)	(5.498)	(896)	(9.296)
Em 31 de dezembro de 2016					
Custo.....	10.557	20.692	19.642	4.254	55.145
Depreciação acumulada.....	(7.331)	(18.506)	(6.103)	(3.218)	(35.158)
Valor contábil.....	3.226	2.186	13.539	1.036	19.987
Em 31 de dezembro de 2014					
Aquisições.....	636	578	8.654	1.302	11.170
Baixa do custo.....	(1.021)	(4.232)	(14.148)	(11.171)	(30.572)
Baixa da depreciação.....	(494)	2.543	3.378	8.911	14.338
Despesa de depreciação (nota explicativa nº 29).....	(1.936)	(3.107)	(3.939)	(1.065)	(10.047)
Em 31 de dezembro de 2015.....	(2.815)	(4.218)	(6.055)	(2.023)	(15.111)
Em 31 de dezembro de 2015					
Custo.....	10.162	20.665	29.567	6.796	67.190
Depreciação acumulada.....	(6.450)	(16.063)	(10.530)	(4.864)	(37.907)
Valor contábil.....	3.712	4.602	19.037	1.932	29.283

As despesas de depreciação foram contabilizadas na conta "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

Não foram capitalizados custos de empréstimos relacionados à aquisição de ativos imobilizados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

■ 11. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Ágio na aquisição de empresas	Outros ativos intangíveis	Ativos gerados internamente- Software em desenvolvimento	Total
Custo:				
Em 31/12/2014.....	397.775	445	1.443	399.663
Adições.....	-	5	-	5
Baixas operações descontinuada	-	(18)	-	(18)
Transferências	-	-	(1.443)	(1.443)
Em 31/12/2015.....	397.775	432	-	398.207
Vida útil definida	-	432	-	432
Vida útil indefinida.....	397.775	-	-	397.775
Amortização:				
Em 31/12/2014.....	(397.775)	(191)	-	(397.966)
Adições.....	-	(63)	-	(63)
Em 31/12/2015.....	(397.775)	(254)	-	(398.029)
Saldo líquido.....	-	178	-	178
Custo:				
Em 31/12/2015.....	397.775	432	-	398.207
Adições.....	-	76	-	76
Em 31/12/2016.....	397.775	508	-	398.283
Vida útil definida.....	-	508	-	508
Vida útil indefinida.....	397.775	-	-	397.775
Amortização:				
Em 31/12/2015.....	(397.775)	(254)	-	(398.029)
Adições.....	-	(72)	-	(72)
Em 31/12/2016.....	(397.775)	(326)	-	(398.101)
Saldo líquido.....	-	182	-	182

Os ativos intangíveis registrados com vida útil definida são representados por intangíveis gerados internamente, os quais encontram-se em fase de desenvolvimento.

■ 12. OUTROS ATIVOS

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais.....	321	514
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	17	43
Impostos e contribuições a compensar	118.574	78.655
Devedores por depósitos em garantia (i).....	396.562	276.820
Devedores por compra de valores e bens.....	-	6.375
Devedores diversos no exterior - partes relacionadas (ii).....	10.693	19.338
Devedores diversos banqueiros no exterior	34.396	-
Relações com correspondentes	565	9.631
Negociação e Intermediação de valores	59	155.728
Comissões a receber	301	390
Créditos vinculados - Banco Central	38	73
Valores a receber de soc ligadas	2	9
Dividendos a receber.....	-	42
Despesas Antecipadas.....	-	1.958
Outros	1.985	3.584
Total	563.513	553.160

(i) Refere-se, basicamente, a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda sobre operações de "Box quatro pontas", totalizando R\$ 53.462 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 49.294 em 2015), a dedutibilidade do expurgo inflacionário referente a Lei nº 8.200/91 no montante de R\$ 2.861 (R\$ 2.656 em 2015), a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 121.982 (R\$ 109.663 em 2015), a discussões judiciais decorrentes de imposto de renda e contribuição social correspondentes às diferenças de correção monetária relativos aos Planos Verão, Collor I e II, totalizando R\$ 9.725 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 8.985 em 2015), processos trabalhistas, no montante de R\$ 26.350 (R\$ 36.580 em 2015), processos referentes a desmutualização da BM&FBOVESPA em R\$ 86.816 (R\$ 9.461 em 2015).

(ii) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Société Générale no exterior (nota explicativa nº 34).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

■ 13. PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO - MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os saldos de passivos financeiros ao valor justo através do resultado mantidos para negociação correspondem aos derivativos, cujo valor justo nas referidas datas-base do exercício sejam negativos e que não sejam objetos de *hedge*.

	2016	2015
Valor justo negativo em derivativos - Swap.....	(401.300)	(1.200.965)

Os valores a liquidar referentes aos contratos de futuros estão classificados como "Outros passivos" no balanço patrimonial e estão apresentadas na nota explicativa nº 6.b) ii – "Ativos financeiros ao valor justo através do resultado - Mantidos para negociação - Futuros de taxas de câmbio e de juros"

■ 14. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	2016	2015
Pessoas jurídicas.....	657.000	208.031
Depósitos à vista.....	6.503	1.716
Depósitos a prazo.....	548.969	165.326
Depósitos interfinanceiros.....	101.528	40.989
Pessoas físicas.....	1.306	360
Depósitos a prazo.....	1.306	360
Total de depósito de clientes.....	658.306	208.391

■ 15. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2016	2015
Depósitos interfinanceiros.....	75	447
Operações compromissadas.....	697.459	-
Total de depósito de instituições financeiras e captações no mercado aberto.....	697.534	447

■ 16. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES DE VENDA E TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS E DE EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2016	2015
Obrigações por empréstimos.....	3.259.341	7.011.704
Obrigações em moeda estrangeira - exportação e importação (i).....	404.685	1.672.013
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (ii).....	2.154.266	3.963.313
Obrigações por empréstimos no exterior (iii).....	688.495	1.359.022
Empréstimos em moeda nacional.....	11.895	17.356
Obrigações por repasses no exterior.....	2.829	6.872
Obrigações por repasses no exterior (iv).....	2.829	6.872
Total de obrigações por empréstimos e repasses.....	3.262.170	7.018.576

(i) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-NY com vencimentos até 2017 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,56% ao ano em 2016 (1% ao ano em 2015).

(ii) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, vencíveis em 2017, sujeitos à variação cambial e juros de até 0,75% ao ano.

(iii) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2015 (4,41% ao ano em 2014).

(iv) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano.

■ 17. PROVISÕES

O Banco e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Saldos das provisões constituídas

	2016	2015
Ações fiscais.....	163.991	163.482
Ações trabalhistas.....	152.231	127.679
Ações cíveis.....	14.314	16.865
Total.....	330.536	308.026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

(b) Movimentação das provisões

	2016			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial.....	163.482	127.679	16.865	308.026
Constituição (*)	8.112	12.540	974	21.626
Ajustes/(Baixas)	2	1		2
Reversão (*)	(18.938)	(9.539)	(3.979)	(32.456)
Atualização (*)	9.058	4.977	1	14.036
Incorporação (**)	2.276	16.573	453	19.302
Saldo final.....	163.992	152.231	14.313	330.536
Devedores por depósitos em garantia	330.436	58.323	7.785	396.544

	2015			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial.....	195.489	94.826	11.710	302.025
Constituição (*)	825	36.516	5.199	42.540
Ajustes/(Baixas)	17	-	19	36
Reversão (*)	(41.244)	(4.772)	(64)	(46.080)
Atualização (*)	8.395	1.109	1	9.505
Saldo final.....	163.482	127.679	16.865	308.026
Devedores por depósitos em garantia	231.772	37.795	7.253	276.820

(*) Nota explicativa nº 30

(**) Valores incorporados da entidade Credial no Banco Cacique S/A em outubro/2016.

(c) Detalhamento das ações fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

31 de dezembro de 2016	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado
Perdas prováveis	157.898	157.898	162.248	152.231	12.822	12.822	332.968	322.951
Perdas possíveis e obrigações legais	341.224	6.094	769.394	-	21.106	1.491	1.131.724	7.585
Perdas remotas	42.580	-	2.663	-	16.999	-	62.242	-
Saldo final.....	541.702	163.992	934.305	152.231	50.927	14.313	1.526.934	330.536

31 de dezembro de 2015	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Total	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado	reclamado	provisionado
Perdas prováveis	155.399	155.399	127.679	127.679	15.374	15.374	298.452	298.452
Perdas possíveis e obrigações legais	200.160	8.083	617.151	-	40.625	1.491	857.936	9.574
Perdas remotas	119.894	-	-	-	15.127	-	135.021	-
Saldo final.....	475.453	163.482	744.830	127.679	71.126	16.865	1.291.409	308.026

Ações fiscais e obrigações legais

Referem-se a obrigações legais e ações relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

Ações classificadas como risco de perda provável

- Cobrança administrativa de PIS em razão do não-reconhecimento pelo FISCO do pagamento por meio de compensação com créditos de PIS/ FINSOCIAL e do não-recolhimento de PIS-REPIQUE – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 7.205 (R\$ 6.787 em 2015);
- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril/91 a março/92 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 3.982 (R\$ 3.852 em 2015);
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 99.212 (R\$ 92.363 em 2015);
- Plano Verão - Ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 9.725 (R\$ 8.985 em 2015). O Valor provisionado para o Banco Cacique S.A foi integralmente revertido, em face de decisão definitiva favorável aos contribuintes pelo STF em sede de repercussão geral;
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 41.421 (R\$ 40.002 em 2015).

Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 35.531 (R\$ 28.642 em 2015);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra a controlada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente ao ano 2008 – em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 46.558 (R\$ 42.777 em 2015);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

- Provisão de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), para as quais fora previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 12 - em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 35.653 (R\$ 33.278 em 2015);
- Auto de infração recebido em outubro de 2013 referente a cobrança de IR e CS sobre a suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal. Em fevereiro de 2015 o Banco aderiu ao programa de anistia fiscal, instituído pela Lei 13.043/2014, sendo homologado pela RFB em setembro de 2015.

Ações trabalhistas

Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

Ações cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

■ 18. PASSIVOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS E OUTROS PASSIVOS

a) Passivos tributários diferidos

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições diferidas a pagar (i)	67.719	88.406
Total	67.719	88.406

(i) Conforme nota explicativa nº 33.d. – “Imposto de renda e contribuição social”

b) Outros passivos

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições correntes a pagar	163.727	110.383
Carteira de câmbio	23.861	40.305
Cheques administrativos	41	41
Provisão com despesas de pessoal	20.966	23.090
Provisão para despesas de publicação	266	295
Provisão para pagamentos a efetuar	37.058	29.329
Recebimentos a processar	379	2.894
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (i)	13.074	61
Valores a pagar - partes relacionadas	93	-
Provisão para despesas com consultoria	149	80
Provisão para despesas com advogados	398	279
Provisão para despesas com auditoria	407	25
Provisão para Fundo Garantidor de Crédito	46	8
Provisão para garantias prestadas	5.165	1.845
Operações a liquidar BM&F	46.323	-
Pagamentos a fornecedor - imobilizado de arrend	-	144.691
Fundo de reserva de financiamento	14.635	-
Outras	23.254	30.063
Total	349.842	383.389

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Société Générale Corporate & Investment Bank – Paris (nota explicativa nº 34).

■ 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Quantidade em 31 de dezembro de 2016			
Domiciliadas no exterior	508.474	508.474	1.016.948
	508.474	508.474	1.016.948
Quantidade em 31 de dezembro de 2015			
Domiciliadas no exterior	508.474	508.474	1.016.948
	508.474	508.474	1.016.948

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

c) Aumento de capital

Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 267.003, passando o capital de R\$ 2.374.923 para R\$ 2.641.926, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 45.914 ações ordinárias com direito a voto e 45.914 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de abril de 2015. Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 315.003, passando o capital de R\$ 2.641.926 para R\$ 2.956.929, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 54.168 ações ordinárias com direito a voto e 54.168 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2015.

Na controlada Banco Cacique S.A., em 24 de agosto de 2015 houve aumento de capital no valor R\$ 65.000, mediante emissão de 365.991 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 733.518 e o total de R\$ 894.384 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 2 de setembro de 2015.

Na controlada Banco Pecúnia S.A., em 24 de agosto de 2015 houve aumento de capital no valor R\$ 48.000, passando o capital a ser de R\$ 471.596 e o total de 165.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 2 de setembro de 2015 e, em 16 de dezembro de 2015 houve novo aumento de capital no valor R\$ 90.000, mediante emissão de 450.000.000 ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 561.596 e o total de 615.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2015.

Na controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, houve aumento de capital em 02 de janeiro de 2015 no valor R\$ 19.000, representado por 692.294 ações, passando assim para um total de 3.257.358 ações, mediante a emissão de 346.147 ações ordinárias e 346.147 ações preferenciais. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 16 de janeiro de 2015.

d) Ajustes de avaliação patrimonial - Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2016	2015
Saldo inicial.....	(6.607)	(3.666)
Ajuste a valor justo (líquido de impostos)	(54.852)	2.484
Transferência para o resultado devido à realização	65.454	(5.425)
Saldo final.....	<u>3.995</u>	<u>(6.607)</u>

e) Hedge de fluxo de caixa

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de *hedge*, conforme descrito na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - *hedge*.

	2016	2015
Saldo inicial.....	5.259	6.616
Movimentação líquida.....	(7.791)	(1.357)
Saldo final.....	<u>(2.532)</u>	<u>5.259</u>

■ 20. EFEITO DOS IMPOSTOS SOBRE A RENDA EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	2016			2015		
	Antes dos impostos	Benefício fiscal	Líquido de impostos	Antes dos impostos	Benefício fiscal	Líquido de impostos
Ganho/(perda) não realizado em ativos financeiros disponíveis para a venda	(99.731)	44.880	(54.851)	4.516	(2.033)	2.484
Hedge de fluxo de caixa.....	(14.165)	6.374	(7.791)	(3.210)	1.853	(1.357)
Total	<u>(113.896)</u>	<u>51.254</u>	<u>(62.642)</u>	<u>1.306</u>	<u>(180)</u>	<u>1.127</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

■21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS NÃO DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO – HEDGE

O Banco Société Générale possui contratos derivativos negociados em bolsa utilizados como instrumentos de *hedge*, em estratégia de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa

Nossa estratégia de *hedge* visa proteger as alterações no fluxo de caixa devido a variações cambiais das captações externas. A taxa do CDI é considerada a taxa referencial de mercado financeiro brasileiro e   fixada diariamente. A estratégia de *hedge* torna o fluxo de caixa constante no que se refere à volatilidade da taxa CDI. Para proteger a variabilidade do fluxo de caixa futuro de possíveis variações na taxa de câmbio o Banco Société Générale utiliza contratos de derivativos negociados na BM&FBOVESPA.

	2016	
	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(494.586)	-
DDI	493.256	(482.889)
DI	-	464.598
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		(4.604)
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		2.072
2015		
	Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI
Empréstimos	(874.132)	-
DDI	872.486	(713.090)
DI	-	698.452
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		7.160
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa (45%)		(1.901)

■22. RECEITAS DE JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização das operações de *hedge accounting*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens referentes às receitas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1
Aplicações em operações compromissadas	947.187	487.846
Aplicações no exterior	171	15.157
Empréstimos e adiantamentos	71.750	276.875
Operações de câmbio	54.493	98.037
Títulos de renda fixa	136.966	273.811
Tarifas com emissões e abertura de crédito	202	1.923
Recuperação de créditos baixados (nota explicativa n� 8.c)	23.990	34.132
Receita de arrendamento financeiro e operacional	144.262	110.822
Outros	8	-
Total	1.379.029	1.298.604

■23. DESPESAS DE JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo, como resultado da contabilização das operações de *hedge accounting*.

A composição dos principais itens referentes às despesas de juros e similares auferidos durante os exercícios está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Depósitos a prazo	26.982	37.327
Depósitos interfinanceiros	3.271	3.881
Empréstimos no exterior	178.718	2.288.479
Obrigações com banqueiros no exterior	55.374	525.260
Operações compromissadas	139.073	7.593
Repasses do País	506	3.613
Outros	1.110	1.778
Total	405.034	2.867.930

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

■ 24. RESULTADO LÍQUIDO DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica “Receitas de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco Société Générale nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A rubrica “Despesas de tarifas e comissões” mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar nos exercícios, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessas rubricas está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Receita de tarifas e comissões	543	2.695
Cobrança	771	4.961
Garantias prestadas	2.478	3.018
Tarifas bancárias	(21)	(49)
Outros serviços	1	-
Resultados líquido de tarifas e comissões	3.772	10.625
Total das receitas de tarifas e comissões	3.793	10.674
Total das despesas de tarifas e comissões	(21)	(49)

■ 25. RESULTADO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO - MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	2016	2015
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação	(4.457)	(20.651)
Lucros com títulos de renda fixa	26.885	1.500
Prejuízos com títulos de renda fixa	(34.832)	(22.115)
TVM - Ajuste negativo ao valor de mercado	(859)	(5.569)
TVM - Ajuste positivo ao valor de mercado	4.349	5.533
Derivativos	(2.038.544)	2.115.244
Swaps	965.418	(595.589)
Futuros	(3.006.953)	2.248.960
Opções	2.991	461.873
Total	(2.043.001)	2.094.593

■ 26. RESULTADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – DISPONÍVEIS PARA VENDA E DERIVATIVOS NÃO DESTINADOS À NEGOCIAÇÃO

	2016	2015
Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	2.301	3.185
Lucros com Títulos de Renda Fixa (TVM)	2.450	3.286
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa (TVM)	(149)	(101)
Derivativos - não destinados a negociação	(25.014)	57.905
Swaps	(281)	1.092
Futuros	(24.733)	56.813
Total	(22.713)	61.090

■ 27. DESPESAS DE PESSOAL

	2016	2015
Benefícios de curto prazo	2.065	2.601
Proventos	50.865	57.809
Honorários	2.956	2.925
Benefícios	12.018	18.593
Encargos sociais	23.454	24.514
Treinamentos	441	335
Estagiários	968	1.058
Benefícios pós-emprego	76	98
Benefícios rescisórios	2.717	9.304
Aviso prévio	1.203	3.831
Indenizações	30.597	50.029
Bonus/PLR	16.402	7.961
Total	143.762	179.058

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

■28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Água, energia e gás	269	733
Aluguéis	4.937	9.470
Arrendamentos de bens	118	237
Comunicações	2.143	4.221
Contribuições filantrópicas	2.799	1.688
Manutenção e conservação de bens	1.735	1.850
Material	226	336
Despesa de processamento de dados	17.217	24.796
Promoções e relações públicas	767	1.032
Propaganda e publicidade	216	1.881
Publicações	202	264
Auditoria	73	66
Seguros	572	900
Serviços do sistema financeiro	13.852	14.251
Serviços de terceiros	7.855	5.462
Serviços de vigilância e segurança	122	423
Serviços técnicos especializados	28.572	39.452
Transporte	600	1.333
Viagem ao exterior	1.283	1.911
Viagem no país	581	1.024
Multas aplicadas pelo Banco Central	6	4
Outras Despesas Administrativas	9.782	11.416
Total V	93.927	122.750

■29. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

	2016	2015
Depreciação de imobilizado (nota explicativa nº 10)	7.613	10.047
Amortização de intangível (nota explicativa nº 11)	72	63
Total	7.685	10.110

■30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2016	2015
Rendas de outros serviços	13.251	22.404
Recuperação de encargos e despesas	15.601	68.070
Reversão de provisão de prestação de serviços no exterior	43	25
Atualização de depósitos judiciais	28.157	19.418
Descontos obtidos	7	76
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(292)	(456)
Despesas não Operacionais	(707)	(3.546)
Receitas não Operacionais	2.786	221
Despesas Tributárias	(23.915)	(28.649)
Variações e Diferenças de Taxas	1.542.267	6.704
Provisão para ações fiscais (*)	(8.112)	(825)
Atualização de ações fiscais (*)	(9.058)	(8.395)
Provisão para ações trabalhistas (*)	(12.540)	(36.516)
Atualização de ações trabalhistas (*)	(4.977)	(1.109)
Provisão para ações cíveis (*)	(974)	(5.199)
Atualização de ações cíveis (*)	(1)	(1)
Reversão de provisão para ações fiscais (*)	18.938	41.244
Reversão de provisão para ações trabalhistas (*)	9.539	4.772
Reversão de provisão para ações cíveis (*)	3.979	64
Provisão para pagamento de gratificação	2.078	(6.856)
Descontos concedidos	(441)	(5.961)
Provisão de prestação de serviços no exterior	(3)	(14)
Provisão para pagamentos de serviços técnicos especializados	(245)	(421)
Provisão para pagamentos de honorários advocatícios	(904)	(434)
Reversão de honorários advocatícios	284	509
Reversão de provisões de serviços de auditoria	477	288
Despesas com fraudes	(37)	(176)
IOF de crédito bancado sobre operações	(1)	(1)
Provisão para deterioração capital	-	(31.231)
Prejuízo em cessão de operação de crédito	-	(29.339)
Outras despesas operacionais	(28.758)	(12.375)
Outras receitas operacionais	5.441	(353)
Totalv	1.551.883	(8.062)

(*) Nota explicativa nº 17.b

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

■ 31. COMPROMISSOS DE CRÉDITO (OFF BALANCE)

Os valores não reconhecidos (*off balance*) referente a garantias financeiras estão demonstrados abaixo:

	2016	2015
Avais e fianças	85.350	418.399
Outras garantias prestadas	500.226	735.082
	585.576	1.153.481

■ 32. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados em ações que estão vigentes em 31 de dezembro de 2014 e outorgados a partir de 1   de janeiro de 2010. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações.

I - Plano de ações diferidas

Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco.

A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações são 31 outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de dezembro de 2014. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo Société Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance são empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações são empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE}\% - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações são empossadas. (ii) o segundo critério se aplicar   caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. se o SG ficar entre a 4   e 6  . são outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada.

II - Plano de ações livres

Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas.

O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de desempenho na qual o Grupo Société Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condição esta atingida. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado    permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking).

III - Fidelity Bonus Scheme

O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado.

O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condições de desempenho para o seu exercício.

A remuneração variável diferida no tempo    apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do Société Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentar   o valor final a ser pago aos funcionários.

A seguir, demonstramos os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, cujas contrapartidas encontram-se registradas em Reserva de capital - plano de pagamento baseado em ações R\$ 26 (em 2015 - R\$ 1.318):

	2016	2015
Plano de ações livres	1.170	1.241
Plano de ações diferidas	848	824
Total	2.018	2.065
Saldo no início do exercício	1.784	3.383
Constituição	171	931
Canceladas	(145)	(1.075)
Exercidas	-	(1.174)
Incorpor����o líquida da variação em controlada (Controlada Banco Cacique S/A)	208	-
Saldo no fim do exercício	2.018	2.065

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

■33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015	2016	2015
	Imposto de renda		Contribuição social	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias no lucro	196.904	17.285	196.904	17.285
Alíquotas vigentes	25%	25%	20% e 9%	15% (**) e 9% (*)
Receita de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(49.226)	(4.321)	(40.628)	(2.593)
(a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes				
(-) Despesas com fraudes	-	(8)	-	(6)
(-) Incentivo fiscal	(611)	(392)	(487)	(236)
(-) Juros indedutíveis MP 472	(6.273)	(10.417)	(5.019)	(6.375)
(-) Descontos concedidos	(110)	(1.490)	(88)	(1.192)
(-) Provisão com cessão de crédito	-	(7.335)	-	(5.868)
(-) Eliminação de efeito fiscal das operações em descontinuidade	-	(24.467)	-	(14.681)
(-) Outras	(2.129)	(2.088)	(3.614)	(1.619)
	(9.123)	(46.197)	(9.208)	(29.977)
(b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores				
Diferenças temporárias				
(-) Ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(814)	(1.206)	(707)	(454)
(-) Ajuste ao valor justo do instrumento financeiro	(20.126)	23.599	(16.102)	14.185
(-) Amortização de ágio	14.346	14.346	11.477	11.477
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.296)	(40.455)	(3.436)	(24.098)
(-) Provisão de bônus e PLR	239	574	153	340
(-) Outras diferenças temporárias	1.967	3.760	1.653	1.656
(-) Prejuízos fiscais	(18.582)	(12.970)	(13.582)	(6.037)
(-) Efeito majoração de alíquota da CSLL para 20% (**)	-	-	-	(5.046)
	(27.266)	(12.352)	(20.544)	(7.977)
(c) Efeito da compensação de prejuízos fiscais	3.513	3.364	-	-
(d) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido e ajustes anos anteriores	5.630	(32.256)	4.616	(28.138)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(76.472)	(91.762)	(65.764)	(68.685)

(*) A alíquota da CSLL das empresas não financeiras é de 9%.

(**) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. Para apurar a parcela da base da contribuição social sujeita a nova alíquota, dentro do exercício, o consolidado efetuou o cálculo estabelecido pela instrução normativa RFB nº 1.591 de novembro de 2015.

a) O Grupo possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 380.997 (R\$ 688.698 em 2015) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 522.441 (R\$ 668.426 em 2015), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (20% em 2015) diferidos no montante de R\$ 388.145 (R\$ 595.122 em 2015) e, conservadoramente, não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando o estudo técnico demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2016	2015
Diferenças temporárias:	15.269	19.740
Provisão para perdas por redução do valor recuperável	63	4.501
Provisão para contingências	9.603	1.359
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários, inclusive derivativos	5.379	13.474
Outras	224	406
Total	15.269	19.740
Alíquota de imposto de renda e da contribuição social	45%	45%
Crédito tributário constituído	6.871	8.883

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

(c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias:

	2016	2015
Saldo inicial.....	8.883	15.493
Operações descontinuadas.....	-	(2.506)
Adições / Baixas líquidas	1.657	(6.882)
Transferência para imposto de renda diferido	(3.669)	2.778
Saldo final	6.871	8.883

(d) Movimentação do imposto de renda diferido e contribuição social passivo sobre as diferenças temporárias:

	2016	2015
Saldo inicial.....	88.406	28.113
Marcação a mercado hedge fluxo de caixa.....	2.034	(1.984)
Marcação a mercado de derivativos.....	(29.771)	44.866
Diversos.....	7.050	17.411
Saldo final (*).....	67.719	88.406

(*) Conforme nota explicativa nº 18 – “Passivos tributários diferidos e Outros passivos”.

(e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

Ano	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
2016.....	-	7.767
2017.....	2.486	241
2018.....	4.353	776
2019.....	24	65
2020.....	7	31
2021.....	1	3
	6.871	8.883

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava

R\$ 5.792 em 2016 (R\$ 7.362 em 2015).

■ 34. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco Société Générale incluem, além de suas controladas, o pessoal-chave da Administração do Banco Société Générale e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

As transações realizadas pelo Banco Société Générale com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

Contraparte	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2016	2015	2016	2015
SGAM Soc Asset Management Brasil Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	-	1	-	20
Depósitos �� vista	-	(6)	-	-
Depósitos a prazo	-	(434)	-	(58)
Cacique Promotora de Vendas Ltda.				
Depósitos �� vista	(1.078)	(7)	-	-
Depósitos a prazo	(89.723)	(50.041)	(9.000)	(5.816)
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	-	-	(881)
Valores a receber de sociedades ligadas.....	-	6	-	-
Cobracred Cobranças Especializadas Ltda.				
Depósitos �� vista	(309)	(54)	-	-
Depósitos a prazo	(19.760)	(10.947)	(2.030)	(1.108)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(196)	-	(2.419)	(3.461)
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda.				
Depósitos �� vista	-	(7)	-	-
Depósitos a prazo	-	(14.246)	(1.480)	(1.640)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	700	-	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	24
Obrigações em moeda estrangeira	(404.685)	(1.018.447)	(291.073)	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(100.596)	-	270	(4.075)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	-	42.482	-	92.775
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	151	-	317
Devedores diversos no exterior (*).....	10.693	19.338	(6.924)	17.930
Credores diversos no exterior (**).....	(13.074)	(61)	43	-
Obrigações em moeda estrangeira	(2.154.267)	(3.964.630)	(1.070.030)	(289.207)
Obrigações por empréstimos do exterior	(551.114)	(1.279.533)	(55.080)	(112.742)
Obrigações por repasses do exterior.....	(2.829)	(6.872)	(794)	-
Outras obrigações - diversasv	-	-	-	8.520
Société Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	(652.249)	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas.....	2	2	21	20
Depósitos �� vista	(31)	(20)	-	-
Depósitos a prazo	(2.345)	(2.259)	(307)	(270)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos �� vista	(8)	-	-	-
Depósitos a prazo	-	(11.223)	(996)	(1.987)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	54.805	(251.598)	270.631	(247.192)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira.....	-	851	-	317
Aplicações em moeda estrangeira	-	42.482	-	92.799
Depósitos �� vista	(1.426)	(94)	-	-
Depósitos a prazo	(111.828)	(89.150)	(13.813)	(10.879)
Devedores diversos no exterior (*).....	10.693	19.338	(6.924)	17.930
Valores a receber de sociedades ligadas.....	2	9	21	40
Obrigações em moeda estrangeira	(2.558.952)	(5.635.326)	(1.361.103)	(289.207)
Credores diversos no exterior (**).....	(13.074)	(61)	43	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(651.710)	(1.279.533)	(54.810)	(116.817)
Obrigações por repasses do exterior.....	(2.829)	(6.872)	(794)	-
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar).....	54.805	(251.598)	270.631	(247.192)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(196)	-	(2.419)	(4.342)
	(3.274.515)	(7.199.954)	(1.169.168)	(548.832)

(*) Nota explicativa n   12

(**)Nota explicativa n   18 b

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Em milhares de reais

(a) Empréstimos e recebíveis

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- (i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;
- (ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%.
- (iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o segundo grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(b) Remuneração de pessoas-chave da Administração

	2016	2015
Proventos.....	10.782	11.859
Contribuição ao INSS	4.244	4.033
Total	15.026	15.892

■ 35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Société Générale, a partir do primeiro semestre de 2008, passou a oferecer um plano de previdência complementar de contribuição definida para seus funcionários, o qual é administrado por uma entidade fechada, Ita  Vida e Previdência S.A.. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco Société Générale e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 772 (R\$ 789 em 2015) e pelos funcionários R\$ 890 (R\$ 700 em 2015).

■ 36. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei n  11.941, resultado da conversão da Medida Provisória n  449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais.

Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação.

	Valor contábil da causa	
Processo	2016	2015
IRRF sobre cota de fundo ao portador (*)	-	494
Total	-	494

(*) Em dezembro de 2016, o processo que discutia a retenção de IR sobre cota de fundo ao portador foi homologado e consolidado pela Receita Federal, resultado no encerramento definitivo do litígio.

■ 37. MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	2016	2015
Lucro(Prejuízo) do exercício	21.733	(175.821)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	508.474	469.095
Preferenciais	508.474	469.095
Lucro/(Prejuízo) por a��o em R\$ (reais)		
Ordinárias	0,02	(0,19)
Preferenciais	0,02	(0,19)
Lucro/(Prejuízo) atribuído por classe de a��o		
Ordinárias	10.867	(87.911)
Preferenciais	10.867	(87.911)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Aos

Acionistas e Administradores do

Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Société Générale Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Suspensão da realização de novas operações de crédito de controladas

Conforme mencionado na nota explicativa 1, as controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., suspenderam a realização de novas operações de crédito em função da decisão anunciada pelo controlador de encerrar as operações daquelas Instituições, a partir de 3 de fevereiro de 2015. Também conforme nota explicativa 1, em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras das Instituições, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos:

Demonstrações financeiras individuais

Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, o Banco Société Générale S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo nenhuma modificação, datado de 17 de fevereiro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PREPARADAS COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIOS FINANCEIROS (IFRS) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações

financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC- 1SP172167/O-6